



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8.052/2025-D

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS I
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
DATA E HORA DO PREGÃO: 10/03/2026 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
SESSÃO PÚBLICA: www.compras.gov.br
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por lote
MODO DE DISPUTA: ABERTO
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim
TIPODE LICITAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA; EXCLUSIVA PARA ME E EPP
UASG DE ATUAÇÃO: 986921 – PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE - SP

PREÂMBULO

A **PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, situada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Vila Mirim, Praia Grande/SP, por intermédio da **SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER** e demais Secretarias, torna público, a quem possa interessar, que realizará, no **dia 10 de março de 2026 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)**, no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), UASG nº **986921**, LICITAÇÃO sob na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS I**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as demais normas legais em vigor, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decretos Municipais nº 7929/2023 (https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=8152&Acao=busca), nº 7843/2023 (https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=8019&Acao=busca), nº 6238/2017 (https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=5379&Acao=busca), nº 6434/2018 (https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=5671&Acao=busca) e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

ATENÇÃO QUANTO A POSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO NAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NO ITEM 14.1., SOB PENA DE SOFRER A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CONFORME PREVISTO NOS ITENS 14.2 A 14.15.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Licitação a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS I, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

SECRETARIA	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE
SEEL	20.02.00/27.812.3001.2405/4.4.90.52.10	01
SEEL	20.02.00/27.812.3001.2405/3.3.90.30.14	01
SEAS	08.05.00/08.245.4002.2414/3.3.90.30.14	01
SEDUC	09.02.00/12.361.2006.2381/33.90.30.14	01
SETRAN	16.02.00/15.452.8001.2362/3.3.90.30.42	01

3.2. O valor estimado da contratação é de **R\$ 259.114,94 (duzentos e cinquenta e nove mil, cento e quatorze reais e noventa e quatro centavos).**

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Para os itens **1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 (LOTE I)**, a participação é **EXCLUSIVA** a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.5.2. Os itens **10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 (LOTES II e III)** são destinados à **AMPLA CONCORRÊNCIA**.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.7. Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

4.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.7.10. Não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

4.7.11. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4.8. O impedimento de que trata o item **4.7.4.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **4.7.2. e 4.7.3.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.11. O disposto nos itens **4.7.2. e 4.7.3.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



4.13. A vedação de que trata o item **4.7.8.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.14. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicado no Preâmbulo deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **9.1.1. e 9.9.1** deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens **5.4** ou **5.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. A licitante deverá apresentar Declaração de parentesco, conforme modelo estabelecido no Anexo IV deste Edital.

5.10. As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a partir de sua expedição.

5.11. Na hipótese de não constar prazo de validade nas PROCURAÇÕES apresentadas, o Pregoeiro aceitará como válidas as expedidas até 06 (seis) meses, imediatamente anteriores à data de apresentação dos Envelopes Proposta e Documentação.

5.12. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, exceto aqueles que,



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

5.13. Caso a empresa licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos (matriz e filial).

5.14. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.15. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.16. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.17. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.17.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.17.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.18.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.18.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.19. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.18. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.20. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.21. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.22. A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

5.23. Os requisitos de habilitação e qualificação técnica se encontram no Anexo I – Termo de Referência.



6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário ou desconto;

6.1.2. Marca/fabricante;

6.1.3. Declarar a marca em campo próprio do sistema ao cadastrar a proposta

6.2. O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta será de 90 **(noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo menor valor do lote.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **7.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de 5% (cinco por cento), previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006, acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

7.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2.2. Empresas brasileiras;

7.22.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22.2.5. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação por lotes, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos constantes no 1º Apêndice do anexo I - Condições Gerais como critério de aceitabilidade.

7.23.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.23.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.6. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, em até duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.7. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **4.7.** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF
- b) Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apeados>);
- c) Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
- d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>)

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **4.5.1** e **5.6.** deste edital.

8.6. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação no edital.

8.6.1. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.7.1.** Contiver vício insanável;
- 8.7.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.7.3.** Apresentar preços inexequíveis, conforme §4º art. 59 da Lei nº 14.133/2021, ou a proposta ou lance vencedor apresentar preço final superior ao preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável
- 8.7.6.** Caso o Termo de Referência conste a obrigatoriedade de declarar marca, o licitante apenas o fizer no momento do envio da proposta.
 - 8.7.6.1.** Ao encaminhar a proposta com o valor negociado e aceito, não mantenha a mesma marca cadastrada inicialmente no sistema

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 8.8.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou por Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4. Os documentos eletrônicos de habilitação produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

9.4.1. No caso dos documentos eletrônicos enviados não observarem o processo de certificação previsto no item **9.4.**, deverão ser apresentados, pessoalmente, ou, enviados pelo correio com AR: em originais, ou cópias autenticadas por tabelião de notas; ou, mediante publicação em órgão da imprensa oficial; ou, por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da Administração ao Departamento de Licitações na Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Pres. Kennedy nº. 9000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900, em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.9. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, em prazo fixado na Sessão Pública, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

9.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

9.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **9.9.1**.

9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.15. As Microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição:

a) Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea "a" deste subitem, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

9.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos** relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico: sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br ou licitacao@praiagrande.sp.gov.br.

10.2. Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

10.3. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular **impugnações** contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada, por meio do endereço eletrônico : **sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br** ou **licitacao@praiagrande.sp.gov.br**.

10.4. No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

a) Documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;

b) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

10.5. Caberá ao Pregoeiro se manifestar motivadamente, ouvidas, se for o caso, as unidades competentes, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.6. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

10.7. A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

10.8. Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

10.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.10. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.11. As respostas das impugnações serão publicadas somente no site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br> e Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. A atualização periódica dos preços registrados será através de índices oficiais.

11.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

11.9.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.4.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.4.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.



13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, ao Departamento de Licitações da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Presidente Kennedy nº 9.000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

14.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.5. Fraudar a licitação;

14.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

14.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Capítulos XXVIII e XXIX do Decreto Municipal nº 7929/2023.

14.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.3.1. Advertência;

14.3.2. Multa;

14.3.3. Impedimento de licitar e contratar; e

14.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.4.1. Na natureza e a gravidade da infração cometida.

14.4.2. As peculiaridades do caso concreto

14.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.5.1. Para as infrações previstas nos itens **14.1.1., 14.1.2. e 14.1.3.**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.5.2. Para as infrações previstas nos itens **14.1.4., 14.1.5., 14.1.6., 14.1.7. e 14.1.8.**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

14.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **14.1.1., 14.1.2. e 14.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **14.1.4., 14.1.5., 14.1.6., 14.1.7. e 14.1.8.**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **14.1.1., 14.1.2. e 14.1.3.**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

14.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização que intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada Ata da Sessão Pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

15.6. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

15.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8. A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

15.9. A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.10. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

15.11. A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.12. O Pregoeiro poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

15.13. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.14. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas as unidades competentes.

15.15. Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

15.16. A participação neste Pregão Eletrônico implica na aceitação integral e irretratável pelas licitantes, dos termos deste Edital e seus anexos, que passarão a integrar o contrato, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

15.17. As exigências constantes neste Edital e seus Anexos, no que couber, abrangem fornecedores, subfornecedores e subcontratados, sem exceções, cuja responsabilidade pela implementação de qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é exclusiva da licitante vencedora, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

15.18. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados somente nos sítios eletrônicos da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br>

15.19. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

15.20. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.

15.21. Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

15.22. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.23. O Edital e seus anexos, poderá ser obtido através do site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br>.

15.24. Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

16. DOS ANEXOS

16.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.1.1. ANEXO I - Termo de Referência

16.1.1.1. 1º Apêndice do Anexo I - Condições Gerais

16.1.1.2. 2º Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.1.2. ANEXO II – Planilha Proposta

16.1.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

16.1.4. ANEXO IV – Declaração Unificada

16.1.5. ANEXO V – ANEXO TCESP LC01 e LC02

Praia Grande, 11 de fevereiro de 2026.

RODRIGO SANTANA

Secretário Municipal de Esporte e Lazer

GISELE DOMINGUES

Secretária Municipal de Assistência Social

MARCELINO SANTOS GOMES

Secretário Municipal de Trânsito

PATRÍCIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS

Secretária Municipal de Educação



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

FORNECIMENTO DE BENS/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **MATERIAIS ESPORTIVOS I**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, bem como nos termos da tabela inserida no "**1º Apêndice do Anexo I – Condições Gerais**"

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do ETP

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogável por igual período (art. 84, da Lei nº 14.133/21)

1.4.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente.

1.5. O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2- FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no ETP

SEEL: Atualmente, a Secretaria de Esportes enfrenta uma insuficiência de materiais esportivos essenciais para atender às necessidades das equipes de alto rendimento do município. Essa carência impacta diretamente a preparação e a participação dos atletas em competições oficiais, que exigem equipamentos adequados e em conformidade com os regulamentos de cada modalidade.

Além disso, a Secretaria de Esportes tem o interesse em candidatar Praia Grande como cidade sede dos Jogos Regionais e dos Jogos da Melhor Idade (JOMI) para os próximos anos. Para viabilizar essa candidatura, é fundamental garantir que o município possua infraestrutura e materiais esportivos adequados para atender às exigências desses eventos.

A ausência ou insuficiência desses materiais compromete tanto a preparação das equipes que representam o município quanto a capacidade da cidade de sediar competições esportivas de grande porte no futuro. Dessa forma, a aquisição desses itens é essencial não apenas para assegurar a



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

continuidade dos treinos e a competitividade dos atletas, mas também para fortalecer a estrutura esportiva municipal e consolidar Praia Grande como referência na realização de eventos esportivos.

SEDUC: Dentre muitos recursos pedagógicos utilizados pelos docentes durante o planejamento, os materiais esportivos desempenham papel crucial nas práticas motoras, cito: o engajamento dos estudantes tornando as aulas mais atrativas e dinâmicas, o desenvolvimento de habilidades motoras permitindo ampla relação com a coordenação motora, equilíbrio, precisão, entre outras funções psicomotoras primordiais para o desenvolvimento integral do aluno.

Muitos são os eventos realizados nas unidades escolares do município e, que, muitas vezes necessitam desses materiais para promover o reconhecimento positivo dos estudantes como meio de incentivo às práticas de aprendizagens, bem como atender aos inúmeros eventos realizados pela Secretaria de Educação com intuito de reconhecer as práticas docentes e discentes.

A Base Nacional Curricular Comum e o Currículo Municipal de Educação para a disciplina Educação Física, possui unidade temática e objeto de conhecimento específico, que necessita desse equipamento para a aprendizagem dos alunos.

Atender às 78 unidades escolares que solicitam o item.

Os itens são essenciais para oferecer uma experiência esportiva eficaz e adequada para os alunos da Rede Municipal de Ensino de Praia Grande.

SEAS: A Assistência Social é uma política pública que tem como objetivo garantir proteção e amparo aos indivíduos, às famílias e grupos sociais em situação de vulnerabilidade ou risco social, por meio de programas, serviços, projetos e benefícios de proteção social. É regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e organizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo como referência a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB Suas.

Articulada como sistema, o SUAS pressupõe a gestão compartilhada, o co-financiamento da política pelas três esferas de governo e estabelece uma organização das ações de acordo com a complexidade dos serviços, hierarquizados em proteção social básica e proteção social especial. No SUAS, a proteção social especial está dividida em dois níveis de atendimento: proteção social especial de média complexidade e a proteção social especial de alta complexidade.

A Proteção Social Básica tem como objetivo prevenir situações de risco, através do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, promovendo o acesso a



direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do usuário. Já a Proteção Social Especial tem como objetivo a oferta de atendimento as famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação trabalho infantil, entre outras.

Além dos serviços acima ofertados, esta Pasta oferta ações de assistência social municipal, com objetivo de apoiar a comunidade, famílias e indivíduos no enfrentamento de dificuldades, de modo a contribuir com o desenvolvimento das potencialidades, elevar o nível de bem-estar social e proporcionar mais igualdade aos cidadãos, através de cursos de geração de renda, oficinas, atividades físicas e culturais, de lazer e palestras.

Atualmente, 42 (quarenta e duas) unidades compõem a rede socioassistencial do Município de Praia Grande, distribuídas ao longo do território. Logo, a presente aquisição é essencial para suprir a demanda das unidades socioassistenciais, que oferecem várias atividades entre elas as lúdicas, de modo a complementar as ações de convivência e fortalecimento de vínculos das pessoas idosas em vulnerabilidade. Essa iniciativa faz parte das ações desenvolvidas pelos Serviços de Assistência Social, incluindo Serviços de Centros Dias e Conviveres.

SETRAN: Tendo em vista a necessidade desta Divisão de Planejamento e Engenharia de Tráfego na medição de áreas que necessitam de sinalização horizontal, vertical e/ou semafórica, que estejam de acordo com os manuais de sinalização viária, faz-se necessária a utilização de equipamentos adequados que possibilitem aferir as medidas exigidas pela legislação vigente.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (ano) conforme detalhamento a seguir: <https://pncp.gov.br/app/pca/46177531000155/2025/3>.

3- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A solução adotada para a aquisição dos materiais esportivos será a contratação por meio de Registro de Preços, permitindo que a Secretaria de Esportes e Lazer de Praia Grande/SP realize as compras conforme a necessidade das equipes de alto rendimento e dos eventos esportivos que serão sediados pelo município.

A aquisição abrangerá diversos itens essenciais para a prática esportiva das modalidades atendidas, respeitando as especificações técnicas de cada material, de modo a garantir sua adequação aos



regulamentos das competições e sua durabilidade para uso contínuo em treinamentos e jogos oficiais. Todos os materiais deverão atender aos padrões de qualidade exigidos por federações e confederações esportivas, assegurando que os atletas tenham em mãos equipamentos apropriados para o alto rendimento.

Para itens que possam demandar garantia, manutenção ou assistência técnica, será exigida a garantia mínima de fábrica, conforme estabelecido para cada tipo de material. Caso ocorra algum problema de fabricação ou defeito de material dentro do prazo de garantia, o fornecedor será responsável pela substituição do item sem ônus para a administração.

Nos casos de materiais que possam apresentar defeitos técnicos ou problemas estruturais antes do uso, será solicitado que o fornecedor providencie a troca ou reparo dentro de um prazo estipulado, sem comprometer a continuidade das atividades esportivas.

Dessa forma, a solução adotada atende plenamente às necessidades operacionais da Secretaria de Esportes, sem necessidade de adequações ou alterações nos espaços físicos, garantindo que os atletas tenham acesso aos equipamentos adequados para sua preparação e participação em competições, sem impactos estruturais nos locais de uso.

4-REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Critérios de sustentabilidade

A aquisição e utilização de materiais esportivos pela Secretaria de Esportes podem gerar impactos ambientais que precisam ser considerados, especialmente no que se refere ao uso, manutenção e descarte adequado desses itens. Diante disso, algumas medidas mitigadoras serão adotadas para reduzir os efeitos negativos ao meio ambiente e garantir uma gestão mais sustentável dos recursos.

POSSÍVEIS IMPACTOS	MEDIDAS MITIGADORAS
Geração de resíduos sólidos: O desgaste natural dos materiais utilizados nos treinos e competições resulta na necessidade de substituição periódica, gerando resíduos como bolas inutilizadas, redes danificadas, cones quebrados e outros equipamentos sem condições de uso.	Reaproveitamento de materiais sempre que possível: Itens ainda utilizáveis, mas que não atendam mais aos padrões de competições oficiais poderão ser destinados para escolinhas esportivas, projetos sociais ou atividades recreativas, aumentando sua vida útil e reduzindo o descarte prematuro.
Descartes inadequados: Sem um planejamento adequado, esses materiais podem	Descarte ambientalmente responsável: Sempre que viável, materiais inutilizados serão encaminhados



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

ser descartados de forma incorreta, contribuindo para a poluição ambiental, especialmente quando envolvem plásticos e outros materiais sintéticos de difícil decomposição.	para programas de reciclagem, cooperativas ou instituições que possam reaproveitá-los de forma sustentável.
Consumo de energia e água na limpeza e manutenção: Alguns equipamentos exigem manutenção constante, como bolas e redes, o que pode resultar em maior consumo de recursos naturais.	Uso racional dos materiais: A Secretaria de Esportes orientará os profissionais responsáveis pelo uso dos materiais a adotar práticas que prolonguem sua vida útil, como armazenagem adequada e correta utilização nos treinamentos e competições.

A gestão responsável dos materiais esportivos adquiridos garantirá que os impactos ambientais sejam minimizados a partir do momento da sua aquisição. Com medidas de reaproveitamento, descarte correto e uso consciente, busca-se equilibrar a necessidade esportiva com a sustentabilidade, garantindo um aproveitamento mais eficiente dos recursos sem comprometer o meio ambiente.

4.3. Justificativa técnica para indicação de marca:

A presente aquisição tem como objetivo fornecer equipamento adequado para o treinamento e a participação dos atletas do município em competições oficiais de tênis de mesa organizadas em âmbito estadual e nacional. Para garantir a qualidade, durabilidade e conformidade do material com os padrões exigidos, a especificação da mesa de tênis de mesa será baseada nos seguintes critérios técnicos e regulatórios.

4.3.1. Conformidade com Regulamentos Oficiais

A Confederação Brasileira de Tênis de Mesa (CBTM) estabelece critérios rigorosos para os equipamentos utilizados em competições oficiais, seguindo as normas da Federação Internacional de Tênis de Mesa (ITTF). A mesa a ser adquirida deve estar homologada por ambas as entidades, garantindo que os atletas treinem e compitam em um equipamento idêntico ao utilizado nos torneios oficiais.

4.3.2. Utilização nas Competições Oficiais

A CBTM adota, como padrão oficial de suas competições nacionais, mesas da marca Tibhar, conforme divulgado em seu site oficial. Dessa forma, a utilização de uma mesa idêntica à dos eventos promovidos pela

Confederação permite que os atletas do município treinem em condições idênticas às das competições, minimizando impactos na adaptação ao material e promovendo melhor desempenho esportivo.



4.3.3. Impacto na Qualidade do Treinamento

A adoção de um modelo homologado e já testado em competições oficiais reduz despesas com manutenções futuras, uma vez que o equipamento já atende aos padrões exigidos para eventos oficiais. Além disso, evita-se a aquisição de mesas que possam apresentar desempenho inferior, comprometendo o treinamento e os resultados dos atletas nas competições.

A durabilidade do produto também é um fator essencial para a escolha do modelo adequado. Mesas com materiais de baixa qualidade tendem a apresentar deformações ao longo do tempo, o que compromete a jogabilidade e exige reposições frequentes.

A estrutura reforçada e os acabamentos de alta resistência garantem maior vida útil ao equipamento, evitando custos recorrentes com substituições e contribuindo para a economicidade do investimento.

Dessa forma, a especificação adotada visa assegurar a melhor relação custo-benefício para a administração pública, promovendo a economicidade, a padronização técnica e a adequação ao uso competitivo.

4.4. Da exigência da amostra

É condição para homologação que a empresa vencedora do certame apresente, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o julgamento e classificação das propostas: 01 (uma) unidade dos itens: 01, 03, 04, 05, 06, 07, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, com respectivos descritivos e devidamente identificado com a razão social do Licitante, na Secretaria de Esporte e Lazer, situada na Rua João Balbino Correa - s/n (ao lado do colégio Magali Alonso) CEP: 11.719-140 – Bairro Tupiry – Praia Grande/SP - Telefone (13) 3496 – 5601.

Só serão aceitos produtos que estejam em conformidade com as descrições que constam no item 3.1 do ETP.

A amostra apresentada será analisada por técnicos do Departamento Esportivo de Alto Rendimento da Secretaria de Esporte e Lazer, sendo desclassificado o item da licitante que apresentar amostra incompatível com as especificações exigidas neste Estudo.

Sendo recusada a prova, a licitante classificada em 1º (primeiro) lugar será prontamente desclassificada.



Serão convidados para participar da sessão da análise das amostras, as empresas que participaram da sessão do certame licitatório.

Qualquer licitante presente à sessão de análise das amostras poderá manifestar-se imediata e motivadamente na forma verbal, cuja fundamentação das razões deverá constar no Termo.

4.4.1. JUSTIFICATIVA PARA SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA

Considerando as especificidades técnicas e a finalidade de uso prático dos itens mencionados, a apresentação de amostras físicas é medida necessária para verificar, de forma concreta, a qualidade dos materiais, acabamento, dimensões, resistência, funcionalidade e aderência às especificações descritas no item 3.1 do ETP.

Estes itens serão utilizados em competições oficiais, exigindo conformidade com normas técnicas específicas e regras de entidades esportivas, além de resistência adequada para o uso intenso durante treinos e jogos. A análise da amostra garante que o produto atenda às necessidades de desempenho, segurança e durabilidade, evitando contratações que resultem em materiais inadequados ou de baixa qualidade.

A exigência das amostras encontra respaldo no artigo 40, §6º, da Lei nº 14.133/21, que prevê a possibilidade de a Administração solicitar amostras para avaliar a qualidade do objeto ofertado, bem como no princípio da seleção da proposta mais vantajosa e da eficiência administrativa, conforme disposto nos artigos 5º e 11, inciso IV da Lei.

Ademais, a apresentação das amostras permitirá que a Unidade Requisitante realize uma análise técnica criteriosa, assegurando a transparência e segurança jurídica na contratação pública, além de resguardar o interesse público e a correta aplicação dos recursos.

4.4.2. DO CATÁLOGO

É condição para a formalização da aquisição que a empresa vencedora do certame apresente, após o julgamento e classificação das propostas catálogo contendo informações dos itens: 02, 08, 09, 21, com respectivos descritivos e devidamente identificado.

Os critérios de avaliação serão EXCLUSIVAMENTE OBJETIVOS, seguindo as especificações dos itens conforme indicados expressamente no edital: (a) Medidas, características técnicas e todas as demais especificações exigidas.



Só serão aceitos produtos que estejam em conformidade com as descrições que constam no item 3.1 do ETP.

O catálogo apresentado será analisado por técnicos do Departamento Esportivo de Alto Rendimento da Secretaria de Esporte e Lazer, sendo desclassificado o item da licitante que apresentar catálogo incompatível com as especificações exigidas neste Estudo.

Sendo recusada a prova, a licitante classificada em 1º (primeiro) lugar será prontamente desclassificada.

Serão convidados para participar da sessão da análise das amostras, as empresas que participaram da sessão do certame licitatório.

4.4.3. JUSTIFICATIVA PARA SOLICITAÇÃO DE CATÁLOGO

Considerando a natureza técnica e a complexidade dos itens em questão, a solicitação de catálogo técnico tem por objetivo assegurar que os produtos ofertados estejam em estrita conformidade com as especificações técnicas exigidas no item 3.1 do ETP e demais documentos da contratação.

A apresentação dos catálogos permitirá a verificação prévia de características específicas dos itens, tais como dimensões, materiais de fabricação, funcionalidades, normas técnicas e certificações exigidas, informações essenciais para aferir a aderência às necessidades da Administração Pública, garantir a isonomia entre os licitantes, evitar a entrega de produtos incompatíveis e resguardar a eficiência da contratação.

A exigência do catálogo está fundamentada no artigo 40, §6º, da Lei nº 14.133/21, que permite à Administração exigir documentos que comprovem a qualidade técnica dos produtos a serem adquiridos, bem como no princípio da seleção da proposta mais vantajosa, disposto no artigo 11, inciso IV, e no princípio da eficiência, conforme o artigo 5º da referida Lei.

Assim, a solicitação de catálogo técnico se justifica pela necessidade de garantir que os bens ofertados atendam às especificações previstas e permitam maior segurança jurídica, transparência e eficácia no processo de aquisição.

4.5. Subcontratação

4.5.1. Não será admitida a subcontratação.

4.6. Garantia da contratação



4.6.1 – Não haverá garantia da contratação

4.7. Da contratação

4.7.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços.

4.7.2. A empresa vencedora, após a homologação, será convocada para assinar o respectivo contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços com a Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da convocação.

4.7.3. Constitui condição para a assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços:

4.7.3.1. Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da Contratada, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a credenciada está cumprindo o plano de recuperação judicial;

4.7.3.2. Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

4.7.4. O Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços deverá ser assinado por representante legal, procurador, diretor ou sócio da empresa, devidamente acompanhado, respectivamente, de procuração ou Contrato Social e cédula de identidade.

4.7.5. O Prazo para assinatura do Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ser prorrogado uma vez, e dentro de 05 (cinco) dias corridos, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

4.7.6. No ato da assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, a Contratada se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caso seja selecionado.

4.7.7. A Minuta do Contrato/Ata de Registro de Preços a ser firmado entre a Administração e a licitante vencedora, constitui parte integrante do Edital, sendo que nela encontram-se definidas e especificadas todas as regras e condições da contratação, inclusive, regras de medição, condições de pagamento dos serviços executados, critérios de reajuste, penalidades contratuais e condições de recebimento.

4.8. Da rescisão

4.8.1. O não cumprimento das obrigações assumidas autorizam o CONTRATANTE a rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

4.8.2. O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ainda ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

- a) A detentora deverá entregar o material conforme relação descrita na Autorização de Fornecimento
- b) A entrega deverá ocorrer somente em dias úteis, nos endereços abaixo:

UNIDADE	ENDEREÇO	Horário de atendimento
SEEL	Rua João Balbino Corrêa, 241, Vila Tupiry, Praia Grande/SP	09h00 às 16:00
SEDUC	Rua José Borges Neto, 50, Vila Mirim, Praia Grande/SP	09h00 às 17:00
SEAS	Rua Mihailo Lukich Michel, 59, Boqueirão, Praia Grande/SP	08h30 às 16:30
SETRAN	Rua Armando Light Filho, 373, Sítio do Campo, Praia Grande/SP	08h00 às 17:00

c) O prazo para entrega, a critério da unidade requisitante, é de 30 (trinta) dias corridos, sem prorrogação, contados a partir do dia seguinte da confirmação de recebimento da Autorização de Fornecimento pela DETENTORA;

d) A DETENTORA deverá entregar os materiais acondicionados em embalagem atóxica, adequada e individualizada, constando, de forma visível, as informações necessárias para identificação dos itens e estar de acordo com o que consta em autorização de fornecimento, visando o correto recebimento pelo requisitante.

5.2 - DAS CONDIÇÕES DE TRANSPORTE

- a) **A detentora deverá se responsabilizar pelo descarregamento, fornecendo mão de obra apta e suficiente para a entrega dos itens licitados no local indicado pelo agente público responsável pelo recebimento.**
- b) Os materiais serão recebidos definitivamente pela área técnica requisitante no prazo de até 10 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, após a verificação das características técnicas, qualidade e quantidades requisitadas e consequente aceitação mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, circunstanciado pela UNIDADE REQUISITANTE;
- c) O transporte deve se dar de forma adequada, de maneira que o material chegue a unidade requisitante intacto, sem avarias;



- d) A detentora deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos materiais, sem qualquer ônus para o Município, correndo por conta da detentora todas as despesas com embalagens, seguros, transportes, fretes e tributos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega dos itens;
- e) A detentora deverá repetir procedimentos de entrega/ou retirada dos materiais às suas próprias custas, para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição do objeto em desacordo com as condições pactuadas.

5.3 – O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei 8.078/90 (Código do Consumidor).

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura da ata de registro de preços, o órgão ou entidade **poderá** convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

6.6. A execução do contrato/ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/21, art.117 caput):

6.6.1. Cabe ao **fiscal técnico** e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

- O fiscal técnico acompanhará a execução do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no termo de contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução do termo de contrato, determinando prazo para a correção;
- O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da entrega nas datas pré-estabelecidas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- Comunicar o gestor do contrato, no prazo estabelecido nos termos no inciso VII do art. 11, o término do contrato sob sua responsabilidade, no caso de prorrogação, junto ao Departamento Requisitante.

6.6.2. Cabe ao **fiscal administrativo** e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

- O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias se houver, a formalização de apostilamento e/ou termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- Caso ocorram descumprimento das obrigações pactuadas, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.6.3. Cabe ao **gestor do contrato** e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

- O gestor do contrato coordena a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para fins de atendimento da finalidade da administração;
- O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;



- O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.7. Sanções e infrações administrativas:

6.7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

6.7.1.1 Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.7.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.7.1.3. Der causa à inexecução total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.7.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

6.7.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.7.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.7.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.7.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

6.7.2.1. **Advertência**, quando o CONTRATADO/DETENTOR der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

6.7.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens "6.7.1.2 a 6.7.1.4.", sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

6.7.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "6.7.1.5 a 6.7.1.8.", bem como nas alíneas "6.7.1.2. a 6.7.1.4.", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

6.7.2.4. **Multa:**

6.7.2.4.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

6.7.2.4.2. O atraso superior a **15 (quinze)** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7.2.4.3. Compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, no caso de inexecução total do objeto;

6.7.2.4.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

6.7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO o CONTRATADO/DETENTOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.7.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.7.6. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

6.7.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

6.7.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

6.7.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.7.6.4. Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;

6.7.6.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.7.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o



rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO/DETENTOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO/DETENTOR, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

6.7.9. O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

6.7.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no 1º Apêndice do Anexo I – Condições Gerais.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no 1º Apêndice do Anexo I – Condições Gerais, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.1. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato/ata de registro de preços mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico

7.2.2. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.



7.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.1. O Contratado/Detentor fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.3.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da DETENTORA pelos prejuízos resultantes da incorreta entrega do objeto.

7.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo

7.5. Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;



7.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado/ata de registro de preços, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços.

7.9. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada pela comprovação da regularidade fiscal constada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais

Prazo de pagamento

O prazo máximo para pagamento é de 30 (trinta) dias.

Forma de pagamento

Os pedidos de pagamentos deverão vir devidamente instruídos com a documentação necessária;

- Primeira via da Nota Fiscal ou
- Nota Fiscal – Fatura;
- O pagamento será providenciado em moeda corrente nacional (R\$) após a entrega efetiva de cada solicitação;



- O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente indicada pela empresa vencedora a contar da entrega da documentação fiscal na Secretaria de Finanças, com a indicação do número da conta corrente, devidamente atestada.
- Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à empresa, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do IPCA - IBGE, calculado pro rata die.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR VALOR POR LOTE**.

8.2. Da participação de consórcios de empresas

Não será admitida a participação de consórcios. Em contratações que não sejam de grande vulto ou de alta complexidade técnica, a participação de consórcios tende - na prática - a diminuir a competitividade na medida em que empresas que poderiam participar isoladamente na licitação, passam a associar-se em consórcio a fim de obter proveito econômico em detrimento da redução da disputa.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;
- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;
- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
-

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

- Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

•

Qualificação econômico-financeira

- Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Será exigida das cooperativas a seguinte documentação complementar:

- A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - a) ata de fundação;
 - b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
 - f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.



8.3.1. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

DA CONTRATADA

- Atestado (s) certidão (ões), em nome da licitante, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) no mínimo 50% (cinquenta por cento) no fornecimento de materiais esportivos; estes atestados deverão conter, necessariamente, a especificação do tipo de material contratado e com indicação das quantidades contratadas;
- O (s) atestado (s) ou certidão (ões) deverá (ão) ser assinado (s) por autoridade ou representante de quem o (s) expediu, com a devida identificação;
- Entende-se por fornecimento de itens similares, itens com características similares as que constam no item 3.1 do ETP.

8.4. Forma de adjudicação:

O critério de adjudicação deve se dar **POR LOTE, COM CONCESSÃO DE COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP.**

8.5. Critério de julgamento das propostas:

Menor Preço. Considerando que as especificações técnicas estão claramente definidas, com detalhes que incluem os detalhes técnicos, a escolha do menor preço promoverá um equilíbrio adequado entre preço e qualidade.

Com base na Lei 14.133/2021, especificamente para a modalidade de pregão eletrônico destinado ao objeto, o critério primordial para julgamento das propostas mostra - se ser o de menor preço. Este critério é fundamental para garantir a eficiência na utilização dos recursos públicos, buscando a obtenção dos produtos necessários ao menor custo possível para a Administração. Por meio do pregão eletrônico, o processo através do menor preço se torna mais transparente e ágil, permitindo que os fornecedores concorram em igualdade de condições, o que contribui para fomentar a competição e garantir preços mais vantajosos.

9 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando a cesta de preços coletados através da pesquisa complementar de preços o valor estimado para o objeto é de **R\$ 259.114,94 (duzentos e cinquenta e nove mil, cento e quatorze reais e noventa e quatro centavos).**

10- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos estabelecidos no quadro abaixo;

SECRETARIA	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE
SEEL	20.02.00/27.812.3001.2405/4.4.90.52.10	01



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

SEEL	20.02.00/27.812.3001.2405/3.3.90.30.14	01
SEAS	08.05.00/08.245.4002.2414/3.3.90.30.14	01
SEDUC	09.02.00/12.361.2006.2381/33.90.30.14	01
SETRAN	16.02.00/15.452.8001.2362/3.3.90.30.42	01

DANIEL DE LIMA MELO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO ESPORTIVO DE ALTO RENDIMENTO
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

RODRIGO SANTANA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

GISELE DOMINGUES
Secretária Municipal de Assistência Social

MARCELINO SANTOS GOMES
Secretário Municipal de Trânsito

PATRÍCIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS
Secretária Municipal de Educação



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

1º Apêndice do Anexo I – Condições Gerais

DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
LOTE I – DIVERSOS – EXCLUSIVO ME/EPP						
01	628901	Conjunto de números para atletismo em tecido numerados de 001 a 800	CJ	02	R\$ 3.496,33	R\$ 6.992,66
02		Indicador de raia de fibra de vidro 31 cm (Conjunto com 8 unidades)	CJ	02	R\$ 2.196,63	R\$ 4.393,26
03		Cronômetro digital profissional para Atletismo	UN	10	R\$ 579,50	R\$ 5.795,00
04		Cone para treinamento Atletismo	UN	1050	R\$ 11,20	R\$ 11.760,00
05		Trena com fita de aço 20m 3/8” para medição em cancha de bocha	UN	07	R\$ 451,98	R\$ 3.163,86
06		Microesferas poliméricas para utilização em campo de malha 1mm de diâmetro	KG	40	R\$ 223,50	R\$ 8.940,00
07		Corda trançada de polipropileno PP 5mm para fixação de rede (Rolo de 100m)	ROLO	04	R\$ 454,98	R\$ 1.819,92
08		Bomba de ar para encher bola com dupla ação	UN	228	R\$ 52,45	R\$ 11.958,60
09		Calibrador digital para bolas	UN	10	R\$ 227,00	R\$ 2.270,00
VALOR TOTAL DO LOTE						R\$ 57.093,30
LOTE II – JOGOS DE MESA – AMPLA CONCORRÊNCIA						
10	225180	Conjunto com 2 Baralhos oficiais de plástico para jogo de buraco	CJ	222	R\$ 144,73	R\$ 32.130,06
11		Baralho oficial de papel para jogo de truco	UN	142	R\$ 39,23	R\$ 5.570,66
12		Tabuleiro de napa para damas e xadrez 64 casas (8x8)	UN	148	R\$ 67,73	R\$ 10.024,04
13		Tabuleiro de napa para damas e xadrez 100 casas (10x10)	UN	20	R\$ 133,60	R\$ 2.672,00
14		Conjunto de 24 peças oficiais de damas (para tabuleiro de 64 casas)	CJ	68	R\$ 139,23	R\$ 9.467,64



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

15		Conjunto de 40 peças oficiais de damas (para tabuleiro de 100 casas)	CJ	20	R\$ 169,48	R\$ 3.389,60
16		Conjunto de 32 peças oficiais de xadrez conforme padrões da FIDE	CJ	52	R\$ 263,23	R\$ 13.687,96
17		Relógio digital Oficial para Damas e Xadrez	UN	60	R\$ 436,23	R\$ 26.173,80
18		Jogo de dominó profissional com 28 pedras	JG	74	R\$ 68,23	R\$ 5.049,02
VALOR TOTAL DO LOTE						R\$ 108.164,78
LOTE III – TÊNIS DE MESA – AMPLA CONCORRÊNCIA						
19	602701	Placar manual dobrável	UN	20	R\$ 302,73	R\$ 6.054,60
20		Conjunto Oficial de suporte com rosca e rede para tênis de mesa	CJ	06	R\$ 438,73	R\$ 2.632,38
21		Mesa para Tênis de Mesa Oficial 28mm – Marca: Tibhar	UN	06	R\$ 14.194,98	R\$ 85.169,88
VALOR TOTAL DO LOTE						R\$ 93.856,86
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						R\$ 259.114,94

DESCRIÇÃO DO ITEM

Conjunto de números para atletismo em tecido numerados de 001 a 800

Conjunto de números para Atletismo, composto por 800 peças, numerados de 001 a 800. Confeccionado em tecido 100% poliéster com aplicação em sublimação. Medindo 20cm x 15cm (A x L).



*imagem ilustrativa

Indicador de raia de fibra de vidro 31 cm (Conjunto com 8 unidades)

Indicador de raia de fibra de vidro 31cm. Este conjunto de sinalizadores/marcadores indica as raia da pista de atletismo para árbitros, atletas e espectadores. Fabricado em fibra de vidro e moldado em formato de prisma (triangular) com altura de 31 cm. Conjunto com 8 unidades numerados de 1 a 8.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo



*imagem ilustrativa

Cronômetro digital profissional para Atletismo

Cronômetro digital 1/100, capaz de realizar diversas funções, como contagem regressiva, cronometragem split e lap. Possuir alarme diário e uma resistência à água de até 50 metros. Com relógio em tempo real. Indicador LED. Hora e Data com calendário programável até 2099. 02 Cronômetros progressivos independentes com capacidade de medição até 59:59:999 mm:seg:centésimos de segundos. Limite de cronometragem 9:59'59.999" Precisão milesimal 1/1000 Precisão na cronometragem: 99.9988% Timer – cronômetro regressivo com capacidade de mediação de 1 a 59 minutos. Unidade de medida do Timer 01 segundo Função Split/Time 100 LAP Memory – cada cronometro tem 100 memórias de armazenamento de voltas. 12 alarmes independentes Precisão no Relógio: ± 30 segundos. Acompanha o cordão de nylon para o pescoço



*imagem ilustrativa

Cone para treinamento Atletismo

Cone de plástico para treinamento de esportes em geral, medindo 24cm de altura, a base medindo 13,5cm de largura. Material: PVC. Cores variadas.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo



*imagem ilustrativa

Trena com fita de aço 20m 3/8" para medição em cancha de bocha

Trena de 20mts, fita de Aço, Largura da Fita: 3/8. Produzida em aço de alta qualidade, com o corpo em plástico de alta resistência, portando trava para fixar a fita na medida exata. Com manivela que possibilita rebobinamento rápido e suave. Alça auxiliar facilita o transporte e manuseio.



*imagem ilustrativa

Microesferas poliméricas para utilização em campo de malha 1mm de diâmetro

Microesferas poliméricas para utilização campo de malha. Essas esferas têm como função reduzir o atrito entre o disco arremessado e a superfície do campo, fazendo com que a área se torne deslizante e contribua para a movimentação dos discos. Especificações:

Material: Polímero sintético de alta resistência, atóxico e inerte.

Diâmetro das esferas: 0,1 mm (micropartículas). **Cor:** Branca ou translúcida. Produto não tóxico e biodegradável ou de fácil descarte, minimizando impactos ambientais.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo



*imagem ilustrativa

Corda trançada de polipropileno PP 5mm para fixação de rede (Rolo de 100m)

Corda trançada de polipropileno PP. Espessura da corda: 5mm. Comprimento da corda: 100 metros. Cor: Branca. Carga de ruptura: 646,88 kgf.



*imagem ilustrativa

Bomba de ar para encher bola com dupla ação

Bomba de ar para encher bola com função dupla ação (tecnologia que infla a bola nos dois sentidos). Acompanha mangueira removível e agulhas.



*imagem ilustrativa

Conjunto com 2 Baralhos oficiais de plástico para jogo de buraco

Conjunto com 2 Baralhos plásticos. Cores: Vermelho e Preto. Naipes Grande. Com 110 cartas no formato 57mm x 89mm. Acompanha estojo para armazenamento.



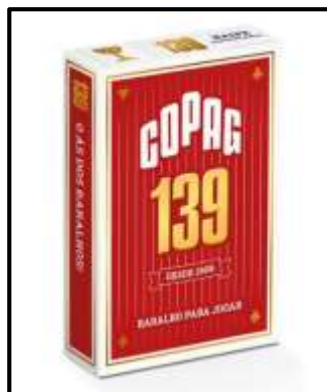
MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo



*imagem ilustrativa

Baralho oficial de papel para jogo de truco

Baralho produzido em papel couché 290gr, tamanho do Naipes convencional, com 54 cartas no formato 57mm x 89mm. Caixa unitária para armazenar. Cores de fundo: Azul ou Vermelho.



*imagem ilustrativa

Tabuleiro de napa para damas e xadrez 64 casas (8x8)

Material do Tabuleiro: Couro sintético (NAPA). Dobrável. Com 64 casas (8x8), cada casa deve medir aproximadamente 4 a 5 cm de lado, resultando em um tabuleiro de 32cm a 40cm de lado. As casas devem ser em duas cores contrastantes. A casa inferior à direita do jogador deve ser sempre clara. Com marcação alfanumérica.



*imagem ilustrativa

Tabuleiro de napa para damas e xadrez 100 casas (10x10)

Material do Tabuleiro: Couro sintético (NAPA). Dobrável. Com 100 casas (10x10), cada casa deve medir aproximadamente 4 a 5 cm de lado, resultando em um tabuleiro de 40cm a 50cm de lado. As casas devem ser



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

em duas cores contrastantes. A casa inferior à direita do jogador deve ser sempre clara. Com marcação alfanumérica.



*imagem ilustrativa

Conjunto de 24 peças oficiais de damas (para tabuleiro de 64 casas)

Conjunto de 12 peças claras e 12 peças escuras, cores contrastantes, com diâmetro entre 3,5cm e 4,5cm, espessura entre 8mm e 12mm. Acabamento: superfície lisa, sem arestas cortantes, permitindo empilhamento para coroação (dama).

Devem ser fornecidas em estojo ou embalagem apropriada para armazenamento e transporte.



*imagem ilustrativa

Conjunto de 40 peças oficiais de damas (para tabuleiro de 100 casas)

Conjunto de 20 peças claras e 20 peças escuras com cores contrastantes, com diâmetro entre 4,5cm e 5,5cm, espessura entre 8mm e 12mm. Acabamento: superfície lisa, sem arestas cortantes, permitindo empilhamento para coroação (dama).

Devem ser fornecidas em estojo ou embalagem apropriada para armazenamento e transporte.



*imagem ilustrativa



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Conjunto de 32 peças oficiais de xadrez conforme padrões da FIDE (Federação Internacional de Xadrez)

Conjunto de 16 peças brancas e 16 peças pretas com cores contrastantes. Altura das peças (referência oficial FIDE - Rei como base): **Rei**: Entre **85 mm e 105 mm** (padrão FIDE: **95 mm**); **Rainha**: Aproximadamente **85%** da altura do rei; **Bispo**: Aproximadamente **70%** da altura do rei; **Cavalo**: Aproximadamente **65%** da altura do rei; **Torre**: Aproximadamente **60%** da altura do rei; **Peão**: Aproximadamente **50%** da altura do rei. Diâmetro da base das peças: Deve ser 40% a 50% da altura do rei (ideal: 40 mm a 50 mm). Todas as peças devem ter bases de feltro, proporcionais e bem equilibradas para estabilidade.

As peças devem seguir o **design Staunton**, obrigatório em competições oficiais.

Devem ser fornecidas em estojo ou embalagem apropriada para armazenamento e transporte.



*imagem ilustrativa

Relógio digital Oficial para Damas e Xadrez

Características Principais: **Programação de Tempo**: Suporta modos de contagem regressiva ajustável, bônus por lance (incremento) e acréscimos, atendendo aos requisitos de partidas oficiais; **Display de Qualidade**: Tela clara e nítida, facilitando a leitura em diferentes condições de iluminação; **Facilidade de Uso**: Interface intuitiva, permitindo fácil programação e utilização durante as partidas; **Material Durável**: Construído em plástico de alta durabilidade, garantindo resistência e longevidade.



*imagem ilustrativa



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Jogo de dominó profissional com 28 pedras

Jogo composto por 28 peças retangulares; Material: Osso ou Resina termoplástica de alta densidade (baquelite, melamina ou similar de alta resistência), garantindo durabilidade e resistência ao desgaste. As peças devem ser opacas, lisas e sem rebarbas. Dimensões mínimas das peças: 50 mm (comprimento) x 25 mm (largura) x 10 mm (espessura). **Numeração representada por pontos em baixo-relevo e preenchida com tinta resistente à abrasão e ao atrito constante.** Os pontos devem ser de cor contrastante.

Acompanha estojo rígido de armazenamento (caixa de madeira MDF, plástico resistente ou material similar), garantindo proteção e organização das peças. O estojo deve ter fechamento seguro (zíper, trava ou encaixe firme).



*imagem ilustrativa

Calibrador digital para bolas

Calibrador digital de bolas esportivas, ideal para medição precisa da pressão de bolas utilizadas em diversas modalidades, como futebol, futsal, basquete, vôlei e handebol. Equipamento compacto, leve e de fácil manuseio, proporcionando medições exatas para garantir a performance adequada dos materiais esportivos. Especificações Técnicas: Tipo de medição: Digital. Faixa de pressão: 0 a 20 PSI (ou conforme especificação do modelo). Unidades de medida: PSI e BAR. Precisão: $\pm 0,1$ PSI. Visor: Display digital de fácil leitura. Alimentação: Bateria interna de lítio inclusa. Material: Corpo resistente em ABS ou liga metálica, com ponteira metálica de alta durabilidade. Bico de medição: Adaptável para diferentes tipos de válvulas de bolas esportivas. Funções adicionais: Desinflagem controlada, desligamento automático para economia de bateria.



*imagem ilustrativa



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Placar manual dobrável

Placar manual dobrável para contagem de pontuação em competições esportivas. Com marcação de até 31 pontos e 7 sets. Composição: PVC Rígido. Cor: preto.



*imagem ilustrativa

Conjunto Oficial de suporte com rosca e rede para tênis de mesa

Encaixe do suporte em ferro do tipo rosca com pintura epóxi em preto fosco, regulagem ideal para todos os tipos de mesa. Sistema de fixação na mesa emborrachada, proteção anti risco. Barbante e trava exclusiva para tencionar a faixa superior da rede. Sistema de ajuste de altura. Serve em mesas oficiais até 40 mm de espessura. Rede de algodão com faixa superior branca.

Modelo profissional, aprovado para competições nacionais e internacionais, sendo utilizado por jogadores e mesatenistas profissionais. Medidas da rede: 1,75m x 15cm.

A embalagem contém: 02 Suportes em Ferro modelo rosca. 01 Rede de Algodão. 01 Régua para medição.



*imagem ilustrativa

Mesa para Tênis de Mesa Oficial 28mm – Marca: Tibhar

A mesa possui um tampo de aglomerado de 28 mm de espessura, garantindo um quique uniforme da bola e proporcionando jogabilidade de nível profissional. O perfil da moldura de 60 mm, revestido a pó, confere resistência estrutural ao equipamento. Além disso, a certificação europeia EN 14468-1 assegura que o produto atende aos padrões internacionais de qualidade e segurança.

O sistema de rodízios com 4 rodas manobráveis (sendo 2 bloqueáveis) facilita o transporte e armazenamento, enquanto o ajuste de altura permite a adequação em diferentes superfícies. O sistema de bloqueio com alça de metal e travamento automático proporciona segurança no manuseio e montagem.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo



*imagem ilustrativa

Justificativa técnica para indicação de marca:

A presente aquisição tem como objetivo fornecer equipamento adequado para o treinamento e a participação dos atletas do município em competições oficiais de tênis de mesa organizadas em âmbito estadual e nacional. Para garantir a qualidade, durabilidade e conformidade do material com os padrões exigidos, a especificação da mesa de tênis de mesa será baseada nos seguintes critérios técnicos e regulatórios.

Conformidade com Regulamentos Oficiais

A Confederação Brasileira de Tênis de Mesa (CBTM) estabelece critérios rigorosos para os equipamentos utilizados em competições oficiais, seguindo as normas da Federação Internacional de Tênis de Mesa (ITTF). A mesa a ser adquirida deve estar homologada por ambas as entidades, garantindo que os atletas treinem e compitam em um equipamento idêntico ao utilizado nos torneios oficiais.

Utilização nas Competições Oficiais

A CBTM adota, como padrão oficial de suas competições nacionais, mesas da marca Tibhar, conforme divulgado em seu site oficial. Dessa forma, a utilização de uma mesa idêntica à dos eventos promovidos pela Confederação permite que os atletas do município treinem em condições idênticas às das competições, minimizando impactos na adaptação ao material e promovendo melhor desempenho esportivo.

Impacto na Qualidade do Treinamento

A adoção de um modelo homologado e já testado em competições oficiais reduz despesas com manutenções futuras, uma vez que o equipamento já atende aos padrões exigidos para eventos oficiais. Além disso, evita-se a aquisição de mesas que possam apresentar desempenho inferior, comprometendo o treinamento e os resultados dos atletas nas competições. A durabilidade do produto também é um fator essencial para a escolha do modelo adequado. Mesas com materiais de baixa qualidade tendem a apresentar deformações ao longo do tempo, o que compromete a jogabilidade e exige reposições frequentes. A estrutura reforçada e os acabamentos de alta resistência garantem maior vida útil ao equipamento, evitando custos recorrentes com substituições e contribuindo para a economicidade do investimento.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Dessa forma, a especificação adotada visa assegurar a melhor relação custo-benefício para a administração pública, promovendo a economicidade, a padronização técnica e a adequação ao uso competitivo.



Equipamentos:

- Mesas: Tibhar 28mm
- Bolas: Tibhar *** 40+SYNTT "NG" branca

Valores das inscrições até o dia 05/08:

Individual	01 Categoria (1 Ranking ou classe)	R\$	215,00
Individual	02 Categorias (2 Rankings ou 1 Ranking e 1 Classe)	R\$	295,00
Individual	03 Categorias (3 Rankings ou 2 Rankings + 1 Classe)	R\$	380,00

Valores das inscrições após o dia 05/08 (até 21/08):

Individual	01 Categoria (1 Ranking ou classe)	R\$	235,00
Individual	02 Categorias (2 Rankings ou 1 Ranking e 1 Classe)	R\$	320,00
Individual	03 Categorias (3 Rankings ou 2 Rankings + 1 Classe)	R\$	410,00

Valores das inscrições de Duplas Mistas nas categorias Infantil, Juvenil e Absoluto A até 21/08:

Duplas Mistas	Valor por duplas	R\$	200,00
---------------	------------------	-----	--------

[Link das taxas da CBTM 2024](#)

Observações: (1) Entre os atletas olímpicos, somente os(as) atletas das categorias Sub – 09, Sub – 11, Sub – 13, Sub – 15 e Sub - 19 poderão competir em 03 (três) categorias do Ranking, sendo a sua categoria, a subsequente e o seu Absoluto. Atletas das categorias Sub - 21, Adulto, Senior/Lady e Veteranos poderão competir em 02 (duas) categorias do Ranking (1 Categoria + 1 Absoluto); (2) Os atletas paralímpicos poderão se inscrever em 02 (duas) Categorias (2 Rankings ou 1 Ranking Olímpico e 1 Classe Paralímpica) ou em até 03 (três) Categorias (2 Rankings Olímpico + 1 Classe Paralímpica). (3) Será permitido a inscrição de uma Dupla Mista por clube nas categorias Infantil, Juvenil e Absoluto A. O atleta do Mirim poderá se inscrever em uma Dupla Mista no Infantil e do Infantil poderá se inscrever em uma Dupla Mista no Juvenil. Não será permitido que um mesmo atleta jogue 02 (duas) categorias (Infantil + Juvenil / ou AbsolutoA). No Absoluto A, apenas atletas desta categoria poderão fazer a inscrição (não será possível a formação de uma dupla de um atleta do Absoluto A + outro atleta dos Absolutos B, C, D, E ou F).

Confederação Brasileira de Tênis de Mesa

Rua Henrique de Novaes, 190 – Botafogo
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
CEP 22281-050

+55 21 2579-0650
cbtm@cbtm.org.br
www.cbtm.org.br



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

- A detentora deverá entregar o material conforme relação descrita na Autorização de Fornecimento
- A entrega deverá ocorrer somente em dias úteis, nos endereços e horários abaixo:

UNIDADE	ENDEREÇO	Horário de atendimento
SEEL	Rua João Balbino Corrêa, 241, Vila Tupiry, Praia Grande/SP	09h00 às 16:00
SEDUC	Rua José Borges Neto, 50, Vila Mirim, Praia Grande/SP	09h00 às 17:00
SEAS	Rua Mihailo Lukich Michel, 59, Boqueirão, Praia Grande/SP	08h30 às 16:30
SETRAN	Rua Armando Light Filho, 373, Sítio do Campo, Praia Grande/SP	08h00 às 17:00

- O prazo para entrega, a critério da unidade requisitante, é de 30 (trinta) dias corridos, sem prorrogação, contados a partir do dia seguinte da confirmação de recebimento da Autorização de Fornecimento pela DETENTORA;
- A DETENTORA deverá entregar os materiais acondicionados em embalagem atóxica, adequada e individualizada, constando, de forma visível, as informações necessárias para identificação dos itens e estar de acordo com o que consta em autorização de fornecimento, visando o correto recebimento pelo requisitante.

DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- A detentora deverá se responsabilizar pelo descarregamento, fornecendo mão de obra apta e suficiente para a entrega dos itens licitados no local indicado pelo agente público responsável pelo recebimento.
- O chefe da seção de almoxarifado efetuará o recebimento provisório, verificando apenas as quantidades e as condições físicas dos materiais requisitados no ato da entrega, conforme descritivo em Nota Fiscal e Autorização de Fornecimento. Caso estas primeiras condições não sejam satisfatórias, a remessa poderá ser devolvida ou recusada, devendo ser repostas por outra, às custas da DETENTORA, independentemente da aplicação das penalidades previstas;
- Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

- Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento
- Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado/ata de registro de preços, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços.
- A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada pela comprovação da regularidade

DAS CONDIÇÕES DE TRANSPORTE

- O transporte deve se dar de forma adequada, de maneira que o material chegue a unidade requisitante intacto, sem avarias;
- A detentora deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos materiais, sem qualquer ônus para o Município, correndo por conta da detentora todas as despesas com embalagens, seguros, transportes, fretes e tributos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega dos itens;
- A detentora deverá repetir procedimentos de entrega/ou retirada dos materiais às suas próprias custas, para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição do objeto em desacordo com as condições pactuadas.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando a cesta de preços coletados através da pesquisa complementar de preços o valor estimado para o objeto é de **R\$ 259.114,94 (duzentos e cinquenta e nove mil, cento e quatorze reais e noventa e quatro centavos)**.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos estabelecidos no quadro abaixo;

SECRETARIA	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE
SEEL	20.02.00/27.812.3001.2405/4.4.90.52.10	01



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

SEEL	20.02.00/27.812.3001.2405/3.3.90.30.14	01
SEAS	08.05.00/08.245.4002.2414/3.3.90.30.14	01
SEDUC	09.02.00/12.361.2006.2381/33.90.30.14	01
SETRAN	16.02.00/15.452.8001.2362/3.3.90.30.42	01

RODRIGO SANTANA

Secretário Municipal de Esporte e Lazer

GISELE DOMINGUES

Secretária Municipal de Assistência Social

MARCELINO SANTOS GOMES

Secretário Municipal de Trânsito

PATRÍCIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS

Secretária Municipal de Educação

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)



IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E ÁREA SOLICITANTE

Número do processo: **8.052/25**

Área solicitante: Departamento Esportivo de Alto Rendimento

De acordo com os princípios da eficiência e da economicidade estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, informamos que o objeto deste Estudo Técnico Preliminar, referente à aquisição de materiais esportivos para as modalidades atendidas pela Secretaria de Esportes e Lazer e para os Jogos promovidos pela Secretaria de Esporte do Estado de São Paulo, **não se caracterizam como item de luxo.**

1. NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

Atualmente, a Secretaria de Esportes enfrenta uma insuficiência de materiais esportivos essenciais para atender às necessidades das equipes de alto rendimento do município. Essa carência impacta diretamente a preparação e a participação dos atletas em competições oficiais, que exigem equipamentos adequados e em conformidade com os regulamentos de cada modalidade.

Além disso, a Secretaria de Esportes tem o interesse em candidatar Praia Grande como cidade sede dos Jogos Regionais e dos Jogos da Melhor Idade (JOMI) para os próximos anos. Para viabilizar essa candidatura, é fundamental garantir que o município possua infraestrutura e materiais esportivos adequados para atender às exigências desses eventos.

A ausência ou insuficiência desses materiais compromete tanto a preparação das equipes que representam o município quanto a capacidade da cidade de sediar competições esportivas de grande porte no futuro. Dessa forma, a aquisição desses itens é essencial não apenas para assegurar a continuidade dos treinos e a competitividade dos atletas, mas também para fortalecer a estrutura esportiva municipal e consolidar Praia Grande como referência na realização de eventos esportivos.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações elaborado no último exercício.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a prestação do serviço pretendido, os requisitos essenciais a serem atendidos pela contratada devem estar alinhados com as necessidades específicas da Secretaria de Esportes e Lazer e com as exigências da nova Lei de Licitações Públicas, Lei 14.133/2021.



3.1 DESCRIÇÃO DO ITEM

3.1.1 Conjunto de números para atletismo em tecido numerados de 001 a 800

Conjunto de números para Atletismo, composto por 800 peças, numerados de 001 a 800. Confeccionado em tecido 100% poliéster com aplicação em sublimação. Medindo 20cm x 15cm (A x L).



*imagem ilustrativa

3.1.2 Indicador de raia de fibra de vidro 31 cm (Conjunto com 8 unidades)

Indicador de raia de fibra de vidro 31cm. Este conjunto de sinalizadores/marcadores indica as raia da pista de atletismo para árbitros, atletas e espectadores. Fabricado em fibra de vidro e moldado em formato de prisma (triangular) com altura de 31 cm. Conjunto com 8 unidades numerados de 1 a 8.



*imagem ilustrativa

3.1.3 Cronômetro digital profissional para Atletismo

Cronômetro digital 1/100, capaz de realizar diversas funções, como contagem regressiva, cronometragem split e lap. Possuir alarme diário e uma resistência à água de até 50 metros. Com relógio em tempo real. Indicador LED. Hora e Data com calendário programável até 2099. 02 Cronômetros progressivos independentes com capacidade de medição até 59:59:999 mm:seg:centésimos de segundos. Limite de cronometragem 9:59'59.999" Precisão milésimal 1/1000 Precisão na cronometragem: 99.9988% Timer – cronômetro regressivo com capacidade de mediação de 1 a 59 minutos. Unidade de medida do Timer 01 segundo Função Split/Time 100 LAP Memory – cada cronometro tem 100 memórias de armazenamento de voltas. 12 alarmes independentes Precisão no Relógio: ±30 segundos. Acompanha o cordão de nylon para o pescoço



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo



*imagem ilustrativa

3.1.4 Cone para treinamento Atletismo

Cone de plástico para treinamento de esportes em geral, medindo 24cm de altura, a base medindo 13,5cm de largura. Material: PVC. Cores variadas.



*imagem ilustrativa

3.1.5 Trena com fita de aço 20m 3/8" para medição em cancha de bocha

Trena de 20mts, fita de Aço, Largura da Fita: 3/8. Produzida em aço de alta qualidade, com o corpo em plástico de alta resistência, portando trava para fixar a fita na medida exata. Com manivela que possibilita rebobinamento rápido e suave. Alça auxiliar facilita o transporte e manuseio.



*imagem ilustrativa



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

3.1.6 Microesferas poliméricas para utilização em campo de malha 1mm de diâmetro

Microesferas poliméricas para utilização campo de malha. Essas esferas têm como função reduzir o atrito entre o disco arremessado e a superfície do campo, fazendo com que a área se torne deslizante e contribua para a movimentação dos discos. Especificações: **Material:** Polímero sintético de alta resistência, atóxico e inerte. **Diâmetro das esferas:** 0,1 mm (micropartículas). **Cor:** Branca ou translúcida. Produto não tóxico e biodegradável ou de fácil descarte, minimizando impactos ambientais.



*imagem ilustrativa

3.1.7 Corda trançada de polipropileno PP 5mm para fixação de rede (Rolo de 100m)

Corda trançada de polipropileno PP. Espessura da corda: 5mm. Comprimento da corda: 100 metros. Cor: Branca. Carga de ruptura: 646,88 kgf.



*imagem ilustrativa

3.1.8 Bomba de ar para encher bola com dupla ação

Bomba de ar para encher bola com função dupla ação (tecnologia que infla a bola nos dois sentidos). Acompanha mangueira removível e agulhas.



*imagem ilustrativa



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

3.1.9 Calibrador digital para bolas

Calibrador digital de bolas esportivas, ideal para medição precisa da pressão de bolas utilizadas em diversas modalidades, como futebol, futsal, basquete, vôlei e handebol. Equipamento compacto, leve e de fácil manuseio, proporcionando medições exatas para garantir a performance adequada dos materiais esportivos. Especificações Técnicas: Tipo de medição: Digital. Faixa de pressão: 0 a 20 PSI (ou conforme especificação do modelo). Unidades de medida: PSI e BAR. Precisão: $\pm 0,1$ PSI. Visor: Display digital de fácil leitura. Alimentação: Bateria interna de lítio inclusa. Material: Corpo resistente em ABS ou liga metálica, com ponteira metálica de alta durabilidade. Bico de medição: Adaptável para diferentes tipos de válvulas de bolas esportivas. Funções adicionais: Desinflagem controlada, desligamento automático para economia de bateria

3.1.10 Conjunto com 2 Baralhos oficiais de plástico para jogo de buraco

Conjunto com 2 Baralhos plásticos. Cores: Vermelho e Preto. Naipes Grande. Com 110 cartas no formato 57mm x 89mm. Acompanha estojo para armazenamento.



*imagem ilustrativa

3.1.11 Baralho oficial de papel para jogo de truco

Baralho produzido em papel couché 290gr, tamanho do Naipes convencional, com 54 cartas no formato 57mm x 89mm. Caixa unitária para armazenar. Cores de fundo: Azul ou Vermelho.



*imagem ilustrativa

3.1.12 Tabuleiro de napa para damas e xadrez 64 casas (8x8)

Material do Tabuleiro: Couro sintético (NAPA). Dobrável. Com 64 casas (8x8), cada casa deve medir aproximadamente 4 a 5 cm de lado, resultando em um tabuleiro de 32cm a 40cm de lado. As casas



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

devem ser em duas cores contrastantes. A casa inferior à direita do jogador deve ser sempre clara. Com marcação alfanumérica.



*imagem ilustrativa

3.1.13 Tabuleiro de napa para damas e xadrez 100 casas (10x10)

Material do Tabuleiro: Couro sintético (NAPA). Dobrável. Com 100 casas (10x10), cada casa deve medir aproximadamente 4 a 5 cm de lado, resultando em um tabuleiro de 40cm a 50cm de lado. As casas devem ser em duas cores contrastantes. A casa inferior à direita do jogador deve ser sempre clara. Com marcação alfanumérica.



*imagem ilustrativa

3.1.14 Conjunto de 24 peças oficiais de damas (para tabuleiro de 64 casas)

Conjunto de 12 peças claras e 12 peças escuras, cores contrastantes, com diâmetro entre 3,5cm e 4,5cm, espessura entre 8mm e 12mm. Acabamento: superfície lisa, sem arestas cortantes, permitindo empilhamento para coroação (dama).

Devem ser fornecidas em estojo ou embalagem apropriada para armazenamento e transporte.



*imagem ilustrativa

3.1.15 Conjunto de 40 peças oficiais de damas (para tabuleiro de 100 casas)



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Conjunto de 20 peças claras e 20 peças escuras com cores contrastantes, com diâmetro entre 4,5cm e 5,5cm, espessura entre 8mm e 12mm. Acabamento: superfície lisa, sem arestas cortantes, permitindo empilhamento para coroação (dama).

Devem ser fornecidas em estojo ou embalagem apropriada para armazenamento e transporte.



*imagem ilustrativa

3.1.16 Conjunto de 32 peças oficiais de xadrez conforme padrões da FIDE (Federação Internacional de Xadrez)

Conjunto de 16 peças brancas e 16 peças pretas com cores contrastantes. Altura das peças (referência oficial FIDE - Rei como base): **Rei:** Entre **85 mm e 105 mm** (padrão FIDE: **95 mm**); **Rainha:** Aproximadamente **85%** da altura do rei; **Bispo:** Aproximadamente **70%** da altura do rei; **Cavalo:** Aproximadamente **65%** da altura do rei; **Torre:** Aproximadamente **60%** da altura do rei; **Peão:** Aproximadamente **50%** da altura do rei. Diâmetro da base das peças: Deve ser 40% a 50% da altura do rei (ideal: 40 mm a 50 mm). Todas as peças devem ter bases de feltro, proporcionais e bem equilibradas para estabilidade.

As peças devem seguir o **design Staunton**, obrigatório em competições oficiais.

Devem ser fornecidas em estojo ou embalagem apropriada para armazenamento e transporte.



*imagem ilustrativa

3.1.17 Relógio digital Oficial para Damas e Xadrez

Características Principais: **Programação de Tempo:** Suporta modos de contagem regressiva ajustável, bônus por lance (incremento) e acréscimos, atendendo aos requisitos de partidas oficiais; **Display de Qualidade:** Tela clara e nítida, facilitando a leitura em diferentes condições de iluminação; **Facilidade de Uso:** Interface intuitiva, permitindo fácil programação e utilização durante as partidas; **Material Durável:** Construído em plástico de alta durabilidade, garantindo resistência e longevidade.



*imagem ilustrativa

3.1.18 Jogo de dominó profissional com 28 pedras

Jogo composto por 28 peças retangulares; Material: Osso ou Resina termoplástica de alta densidade (baquelite, melamina ou similar de alta resistência), garantindo durabilidade e resistência ao desgaste. As peças devem ser opacas, lisas e sem rebarbas. Dimensões mínimas das peças: 50 mm (comprimento) x 25 mm (largura) x 10 mm (espessura). **Numeração representada por pontos em baixo-relevo e preenchida com tinta resistente à abrasão e ao atrito constante.** Os pontos devem ser de cor contrastante.

Acompanha estojo rígido de armazenamento (caixa de madeira MDF, plástico resistente ou material similar), garantindo proteção e organização das peças. O estojo deve ter fechamento seguro (zíper, trava ou encaixe firme).



*imagem ilustrativa



*imagem ilustrativa



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

3.1.19 Placar manual dobrável

Placar manual dobrável para contagem de pontuação em competições esportivas. Com marcação de até 31 pontos e 7 sets. Composição: PVC Rígido. Cor: preto.



*imagem ilustrativa

3.1.20 Conjunto Oficial de suporte com rosca e rede para tênis de mesa

Encaixe do suporte em ferro do tipo rosca com pintura epóxi em preto fosco, regulagem ideal para todos os tipos de mesa. Sistema de fixação na mesa emborrachada, proteção anti risco. Barbante e trava exclusiva para tencionar a faixa superior da rede. Sistema de ajuste de altura. Serve em mesas oficiais até 40 mm de espessura. Rede de algodão com faixa superior branca.

Modelo profissional, aprovado para competições nacionais e internacionais, sendo utilizado por jogadores e mesatenistas profissionais. Medidas da rede: 1,75m x 15cm.

A embalagem contém: 02 Suportes em Ferro modelo rosca. 01 Rede de Algodão. 01 Régua para medição.



*imagem ilustrativa

3.1.21 Mesa para Tênis de Mesa Oficial 28mm – Marca: Tibhar

A mesa possui um tampo de aglomerado de 28 mm de espessura, garantindo um quique uniforme da bola e proporcionando jogabilidade de nível profissional. O perfil da moldura de 60 mm, revestido a pó, confere resistência estrutural ao equipamento. Além disso, a certificação europeia EN 14468-1 assegura que o produto atende aos padrões internacionais de qualidade e segurança.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

O sistema de rodízios com 4 rodas manobráveis (sendo 2 bloqueáveis) facilita o transporte e armazenamento, enquanto o ajuste de altura permite a adequação em diferentes superfícies. O sistema de bloqueio com alça de metal e travamento automático proporciona segurança no manuseio e montagem.



*imagem ilustrativa

Justificativa técnica para indicação de marca:

A presente aquisição tem como objetivo fornecer equipamento adequado para o treinamento e a participação dos atletas do município em competições oficiais de tênis de mesa organizadas em âmbito estadual e nacional. Para garantir a qualidade, durabilidade e conformidade do material com os padrões exigidos, a especificação da mesa de tênis de mesa será baseada nos seguintes critérios técnicos e regulatórios.

Conformidade com Regulamentos Oficiais

A Confederação Brasileira de Tênis de Mesa (CBTM) estabelece critérios rigorosos para os equipamentos utilizados em competições oficiais, seguindo as normas da Federação Internacional de Tênis de Mesa (ITTF). A mesa a ser adquirida deve estar **homologada por ambas as entidades**, garantindo que os atletas treinem e compitam em um equipamento idêntico ao utilizado nos torneios oficiais.

Utilização nas Competições Oficiais

A **CBTM** adota, como padrão oficial de suas competições nacionais, mesas da marca **Tibhar**, conforme divulgado em seu site oficial. Dessa forma, a utilização de uma mesa idêntica à dos eventos promovidos pela Confederação permite que os atletas do município **treinem em condições idênticas às das competições**, minimizando impactos na adaptação ao material e promovendo melhor desempenho esportivo.

Impacto na Qualidade do Treinamento

A adoção de um modelo homologado e já testado em competições oficiais reduz despesas com manutenções futuras, uma vez que o equipamento já atende aos padrões exigidos para eventos oficiais. Além disso, evita-se a aquisição de mesas que possam apresentar desempenho inferior, comprometendo o treinamento e os resultados dos atletas nas competições. A durabilidade do produto também é um fator essencial para a escolha do modelo



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

adequado. Mesas com materiais de baixa qualidade tendem a apresentar deformações ao longo do tempo, o que compromete a jogabilidade e exige reposições frequentes. A estrutura reforçada e os acabamentos de alta resistência garantem **maior vida útil ao equipamento**, evitando custos recorrentes com substituições e contribuindo para a economicidade do investimento.

Dessa forma, a especificação adotada visa assegurar a melhor relação custo-benefício para a administração pública, promovendo **a economicidade, a padronização técnica e a adequação ao uso competitivo**.



Equipamentos:

- Mesas: Tibhar 28mm
- Bolas: Tibhar *** 40+SYNTT "NG" branca

Valores das inscrições até o dia 05/08:

Individual	01 Categoria (1 Ranking ou classe)	R\$	215,00
Individual	02 Categorias (2 Rankings ou 1 Ranking e 1 Classe)	R\$	295,00
Individual	03 Categorias (3 Rankings ou 2 Rankings + 1 Classe)	R\$	380,00

Valores das inscrições após o dia 05/08 (até 21/08):

Individual	01 Categoria (1 Ranking ou classe)	R\$	235,00
Individual	02 Categorias (2 Rankings ou 1 Ranking e 1 Classe)	R\$	320,00
Individual	03 Categorias (3 Rankings ou 2 Rankings + 1 Classe)	R\$	410,00

Valores das inscrições de Duplas Mistas nas categorias Infantil, Juvenil e Absoluto A até 21/08:

Duplas Mistas	Valor por duplas	R\$	200,00
---------------	------------------	-----	--------

[Link das taxas da CBTM 2024](#)

Observações: (1) Entre os atletas olímpicos, somente os(as) atletas das categorias Sub – 09, Sub – 11, Sub – 13, Sub – 15 e Sub - 19 poderão competir em 03 (três) categorias do Ranking, sendo a sua categoria, a subsequente e o seu Absoluto. Atletas das categorias Sub - 21, Adulto, Senior/Lady e Veteranos poderão competir em 02 (duas) categorias do Ranking (1 Categoria + 1 Absoluto); (2) Os atletas paralímpicos poderão se inscrever em 02 (duas) Categorias (2 Rankings ou 1 Ranking Olímpico e 1 Classe Paralímpica) ou em até 03 (três) Categorias (2 Rankings Olímpico + 1 Classe Paralímpica). (3) Será permitido a inscrição de uma Dupla Mista por clube nas categorias Infantil, Juvenil e Absoluto A. O atleta do Mirim poderá se inscrever em uma Dupla Mista no Infantil e do Infantil poderá se inscrever em uma Dupla Mista no Juvenil. Não será permitido que um mesmo atleta jogue 02 (duas) categorias (Infantil + Juvenil / ou Absoluto A). No Absoluto A, apenas atletas desta categoria poderão fazer a inscrição (não será possível a formação de uma dupla de um atleta do Absoluto A + outro atleta dos Absolutos B, C, D, E ou F).

Confederação Brasileira de Tênis de Mesa

Rua Henrique de Novais, 190 - Botafogo
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
CEP 22281-050

+55 21 2579-0650
cbtm@cbtm.org.br
www.cbtm.org.br



3.2 DO CATÁLOGO

É condição para a formalização da aquisição que a empresa vencedora do certame apresente, após o julgamento e classificação das propostas catálogo contendo informações dos itens: **02, 08, 09, 21**, com respectivos descritivos e devidamente identificado.

Os critérios de avaliação serão EXCLUSIVAMENTE OBJETIVOS, seguindo as especificações dos itens conforme indicados expressamente no edital: (a) Medidas, características técnicas e todas as demais especificações exigidas.

Só serão aceitos produtos que estejam em conformidade com as descrições que constam no item 3.1 deste estudo.

O catálogo apresentado será analisado por técnicos do Departamento Esportivo de Alto Rendimento da Secretaria de Esporte e Lazer, sendo desclassificado o item da licitante que apresentar catálogo incompatível com as especificações exigidas neste Estudo.

Sendo recusada a prova, a licitante classificada em 1º (primeiro) lugar será prontamente desclassificada.

Serão convidados para participar da sessão da análise das amostras, as empresas que participaram da sessão do certame licitatório.

3.2.1 JUSTIFICATIVA PARA SOLICITAÇÃO DE CATÁLOGO

Considerando a natureza técnica e a complexidade dos itens em questão, a solicitação de catálogo técnico tem por objetivo assegurar que os produtos ofertados estejam em estrita conformidade com as especificações técnicas exigidas no item 3.1 deste estudo e demais documentos da contratação.

A apresentação dos catálogos permitirá a verificação prévia de características específicas dos itens, tais como dimensões, materiais de fabricação, funcionalidades, normas técnicas e certificações exigidas, informações essenciais para aferir a aderência às necessidades da Administração Pública, garantir a isonomia entre os licitantes, evitar a entrega de produtos incompatíveis e resguardar a eficiência da contratação.

A exigência do catálogo está fundamentada no artigo 40, §6º, da Lei nº 14.133/21, que permite à Administração exigir documentos que comprovem a qualidade técnica dos produtos a serem adquiridos, bem como no princípio da seleção da proposta mais vantajosa, disposto no artigo 11, inciso IV, e no princípio da eficiência, conforme o artigo 5º da referida Lei.

Assim, a solicitação de catálogo técnico se justifica pela necessidade de garantir que os bens ofertados atendam às especificações previstas e permitam maior segurança jurídica, transparência e eficácia no processo de aquisição.

3.3 DA AMOSTRA



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

É condição para homologação que a empresa vencedora do certame apresente, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o julgamento e classificação das propostas: 01 (uma) unidade dos itens: **01, 03, 04, 05, 06, 07, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20**, com respectivos descritivos e devidamente identificado com a razão social do Licitante, na Secretara de Esporte e Lazer, situada na Rua João Balbino Correa - s/n (ao lado do colégio Magali Alonso) CEP: 11.719-140 – Bairro Tupiry – Praia Grande/SP - Telefone (13) 3496 – 5601.

Só serão aceitos produtos que estejam em conformidade com as descrições que constam no item 3.1 deste estudo.

A amostra apresentada será analisada por técnicos do Departamento Esportivo de Alto Rendimento da Secretaria de Esporte e Lazer, sendo desclassificado o item da licitante que apresentar amostra incompatível com as especificações exigidas neste Estudo.

Sendo recusada a prova, a licitante classificada em 1º (primeiro) lugar será prontamente desclassificada.

Serão convidados para participar da sessão da análise das amostras, as empresas que participaram da sessão do certame licitatório.

Qualquer licitante presente à sessão de análise das amostras poderá manifestar-se imediata e motivadamente na forma verbal, cuja fundamentação das razões deverá constar no Termo.

3.3.1 JUSTIFICATIVA PARA SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA

Considerando as especificidades técnicas e a finalidade de uso prático dos itens mencionados, a apresentação de amostras físicas é medida necessária para verificar, de forma concreta, a qualidade dos materiais, acabamento, dimensões, resistência, funcionalidade e aderência às especificações descritas no item 3.1 deste estudo.

Estes itens serão utilizados em competições oficiais, exigindo conformidade com normas técnicas específicas e regras de entidades esportivas, além de resistência adequada para o uso intenso durante treinos e jogos. A análise da amostra garante que o produto atenda às necessidades de desempenho, segurança e durabilidade, evitando contratações que resultem em materiais inadequados ou de baixa qualidade.

A exigência das amostras encontra respaldo no artigo 40, §6º, da Lei nº 14.133/21, que prevê a possibilidade de a Administração solicitar amostras para avaliar a qualidade do objeto ofertado, bem como no princípio da seleção da proposta mais vantajosa e da eficiência administrativa, conforme disposto nos artigos 5º e 11, inciso IV da Lei.

Ademais, a apresentação das amostras permitirá que a Unidade Requisitante realize uma análise técnica criteriosa, assegurando a transparência e segurança jurídica na contratação pública, além de resguardar o interesse público e a correta aplicação dos recursos.

3.4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

- e) A detentora deverá entregar o material conforme relação descrita na Autorização de Fornecimento
- f) A entrega deverá ocorrer somente em dias úteis, das 9h às 16h, na Secretaria de Esportes e Lazer, no endereço: Rua João Balbino Corrêa, 241, Vila Tupiry, Praia Grande/SP;
- g) O prazo para entrega, a critério da unidade requisitante, é de 30 (trinta) dias corridos, sem prorrogação, contados a partir do dia seguinte da confirmação de recebimento da Autorização de Fornecimento pela DETENTORA;
- h) A DETENTORA deverá entregar os materiais acondicionados em embalagem atóxica, adequada e individualizada, constando, de forma visível, as informações necessárias para identificação dos itens e estar de acordo com o que consta em autorização de fornecimento, visando o correto recebimento pelo requisitante.

3.5 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- a) **A detentora deverá se responsabilizar pelo descarregamento, fornecendo mão de obra apta e suficiente para a entrega dos itens licitados no local indicado pelo agente público responsável pelo recebimento.**
- b) O chefe da seção de almoxarifado efetuará o recebimento provisório, verificando apenas as quantidades e as condições físicas dos materiais requisitados no ato da entrega, conforme descritivo em Nota Fiscal e Autorização de Fornecimento. Caso estas primeiras condições não sejam satisfatórias, a remessa poderá ser devolvida ou recusada, devendo ser reposta por outra, às custas da DETENTORA, independentemente da aplicação das penalidades previstas;
- c) Os materiais serão recebidos definitivamente pela área técnica requisitante no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, após a verificação das características técnicas, qualidade e quantidades requisitadas e consequente aceitação mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, circunstanciado pela UNIDADE REQUISITANTE;
- d) Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS do Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da DETENTORA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação penalidades previstas;
- e) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da DETENTORA pelos prejuízos resultantes da incorreta entrega do objeto.

3.6 DAS CONDIÇÕES DE TRANSPORTE

- i) O transporte deve se dar de forma adequada, de maneira que o material chegue a unidade requisitante intacto, sem avarias;
- j) A detentora deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos materiais, sem qualquer ônus para o Município, correndo por conta da detentora todas as despesas com



embalagens, seguros, transportes, fretes e tributos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega dos itens;

- k) A detentora deverá repetir procedimentos de entrega/ou retirada dos materiais às suas próprias custas, para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição do objeto em desacordo com as condições pactuadas.

3.7 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

3.7.1 DA CONTRATADA

- Atestado (s) certidão (ões), em nome da licitante, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) no mínimo 50% (cinquenta por cento) no fornecimento de materiais esportivos; estes atestados deverão conter, necessariamente, a especificação do tipo de material contratado e com indicação das quantidades contratadas;
- O (s) atestado (s) ou certidão (ões) deverá (ão) ser assinado (s) por autoridade ou representante de quem o (s) expediu, com a devida identificação;
- Entende-se por fornecimento de itens similares, itens com características similares as que constam no item 3.1 deste estudo.

3.8 OBRIGAÇÃO DAS PARTES

3.8.1 DA DETENTORA

A detentora deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;

A detentora deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

3.8.2. DO MUNICÍPIO

Exercer o acompanhamento e recebimento dos materiais;

Executar os atos financeiros no prazo e condições firmados

3.9 DA FISCALIZAÇÃO

O requisitante deverá:

- a) Acompanhar e fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços;
- b) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- c) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO
LOTE I - DIVERSOS				
01	Conjunto de números para atletismo em tecido numerados de 001 a 800	CJ	02	AMOSTRA
02	Indicador de raia de fibra de vidro 31 cm (Conjunto com 8 unidades)	CJ	02	CATÁLOGO
03	Cronômetro digital profissional para Atletismo	UN	10	AMOSTRA
04	Cone para treinamento Atletismo	UN	50	AMOSTRA
05	Trena com fita de aço 20m 3/8" para medição em cancha de bocha	UN	02	AMOSTRA
06	Microesferas poliméricas para utilização em campo de malha 1mm de diâmetro	KG	40	AMOSTRA
07	Corda trançada de polipropileno PP 5mm para fixação de rede (Rolo de 100m)	ROLO	04	AMOSTRA
08	Bomba de ar para encher bola com dupla ação	UN	20	CATÁLOGO
09	Calibrador digital para bolas	UN	10	CATÁLOGO
LOTE II – JOGOS DE MESA				
10	Conjunto com 2 Baralhos oficiais de plástico para jogo de buraco	CJ	200	AMOSTRA
11	Baralho oficial de papel para jogo de truco	UN	120	AMOSTRA
12	Tabuleiro de napa para damas e xadrez 64 casas (8x8)	UN	40	AMOSTRA
13	Tabuleiro de napa para damas e xadrez 100 casas (10x10)	UN	20	AMOSTRA
14	Conjunto de 24 peças oficiais de damas (para tabuleiro de 64 casas)	CJ	40	AMOSTRA
15	Conjunto de 40 peças oficiais de damas (para tabuleiro de 100 casas)	CJ	20	AMOSTRA
16	Conjunto de 32 peças oficiais de xadrez conforme padrões da FIDE	CJ	30	AMOSTRA
17	Relógio digital Oficial para Damas e Xadrez	UN	60	AMOSTRA
18	Jogo de dominó profissional com 28 pedras	JG	60	AMOSTRA
LOTE III – TÊNIS DE MESA				
19	Placar manual dobrável	UN	20	AMOSTRA
20	Conjunto Oficial de suporte com rosca e rede para tênis de mesa	CJ	06	AMOSTRA
21	Mesa para Tênis de Mesa Oficial 28mm – Marca: Tibhar	UN	06	CATÁLOGO

Quantitativos e seus parâmetros

A definição dos quantitativos a serem adquiridos baseia-se na participação ativa das equipes de alto rendimento atendidas pela Secretaria de Esportes e Lazer nas principais competições estaduais e nacionais, bem como na necessidade de manutenção e reposição dos materiais utilizados nos treinamentos e jogos oficiais. As equipes representam Praia Grande em competições de grande porte, entre elas estão: **Jogos Regionais, Jogos Abertos do Interior "Horácio Baby Barioni", Jogos Abertos da Juventude - Fase Sub Regional e Regional, Jogos Abertos da Juventude - Fase Final Estadual, Jogos da Melhor Idade – Fase Regional, Jogos da Melhor Idade – Fase Final Estadual, Campeonato Estadual de Futebol – Feminino e Masculino e Copas do Estado das modalidades: Basquetebol Feminino e Masculino, Futsal Feminino e Masculino, Handebol Feminino e Masculino, Voleibol Feminino e Masculino e Ginástica Artística Feminino e Masculino, Ginástica Rítmica, Pró-Atletismo Feminino e Masculino, PARESP – Atletismo e Natação PCD Feminino e Masculino e os demais Torneios e Campeonatos organizados pelas Ligas, Associações, Federações e Confederações.**

Diante desse cenário, os parâmetros utilizados para a estimativa das quantidades de materiais esportivos a serem adquiridos levam em consideração os seguintes aspectos:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

- **Número de competições oficiais e calendário esportivo:** A Secretaria acompanha um calendário extenso de competições ao longo do ano, exigindo materiais em quantidade suficiente para garantir a participação das equipes em cada evento sem prejuízo ao desempenho esportivo.
- **Participação simultânea em eventos:** Como diferentes modalidades competem em eventos simultâneos, é essencial que os materiais estejam disponíveis em número adequado para atender todas as equipes de forma concomitante.
- **Intensidade e frequência de uso dos equipamentos:** Materiais esportivos sofrem desgaste natural devido ao uso contínuo em treinos e competições, exigindo reposição periódica para manter a qualidade e segurança dos atletas.
- **Tamanho das delegações e número de atletas por modalidade:** A estimativa considera a quantidade de atletas que compõem cada equipe, bem como a necessidade específica de cada modalidade em termos de equipamentos e acessórios.
- **Reserva técnica para reposição e imprevistos:** A aquisição prevê uma margem de segurança para reposição imediata em casos de dano ou necessidade emergencial durante as competições.
- **Adequação às exigências dos Jogos da Melhor Idade (JOMI) e dos Jogos Regionais:** Considerando o interesse da Secretaria de Esportes em candidatar Praia Grande como cidade sede dessas competições nos próximos anos, os quantitativos foram estimados com base nas exigências do Caderno de Encargos da Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo. Dessa forma, busca-se garantir que os materiais adquiridos estejam alinhados às necessidades dessas competições e cumpram os requisitos técnicos exigidos para sua realização, fortalecendo a estrutura esportiva municipal e aumentando as chances de sucesso na candidatura.

Com base nesses critérios, os quantitativos foram dimensionados de forma a garantir o atendimento integral às equipes, assegurando que os atletas tenham à disposição materiais adequados para representar o município em todas as competições programadas.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para atender à demanda de adquirir Materiais Esportivos para as equipes de competição da Secretaria de Esportes de Praia Grande, foram identificadas três soluções viáveis no mercado, que variam em termos de flexibilidade, custo e capacidade de atendimento. A seguir, são apresentadas essas soluções:

- **Solução 1: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Esportivos**

Licitação para definir preços e condições para futuras aquisições, sem compromisso de compra imediata.

Vantagens:

- **Flexibilidade:** Permite compras conforme a demanda, evitando estoque excessivo.
- **Previsibilidade Orçamentária:** Com preços registrados, facilita o planejamento financeiro.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

- **Rapidez nas Aquisições:** Com fornecedores previamente definidos, o processo de compra é mais ágil.

Desvantagens:

- **Desatualização de Preços:** Se os pedidos forem espaçados, os valores podem se tornar defasados.

• **Solução 2: Doação de Materiais por Empresas ou Organizações**

Empresas privadas, federações ou outras entidades podem doar materiais esportivos para a Secretaria.

Vantagens:

- **Redução de custos:** Não há impacto financeiro direto para a administração.
- **Fortalecimento de parcerias:** Estreitamento das relações com patrocinadores e entidades do setor esportivo.

Desvantagens:

- **Disponibilidade incerta:** Depende do interesse e da capacidade das entidades em realizar doações.
- **Especificações técnicas:** Nem sempre os materiais doados atendem aos padrões exigidos para competições oficiais.

Limitação de itens: É improvável que todos os materiais necessários estejam disponíveis por meio de doação.

Solução 3: Locação de Materiais Esportivos

Aluguel de equipamentos esportivos para uso temporário, especialmente para competições ou eventos específicos.

Vantagens:

- **Redução de custos com armazenagem e manutenção:** Evita gastos com estoque e conservação de itens pouco utilizados.
- **Alternativa para materiais de alto custo:** Útil para equipamentos que não são usados continuamente.

Desvantagens:

- **Custo recorrente:** O aluguel pode gerar despesas contínuas sem a aquisição definitiva dos bens.
- **Disponibilidade limitada:** Nem todos os materiais esportivos podem estar disponíveis para locação.



- **Especificações e qualidade:** Os materiais alugados podem não atender plenamente às exigências das competições.

Justificativa Técnica e Econômica da Escolha da Solução

A escolha da **Solução 1: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Esportivos** se justifica tanto do ponto de vista técnico quanto econômico, considerando as necessidades da Secretaria e o cenário atual das competições e treinamentos das equipes de alto rendimento.

Do ponto de vista técnico, a Secretaria atende diversas modalidades esportivas, cada uma com exigências específicas quanto aos materiais utilizados. O Registro de Preços permite a definição detalhada das especificações de cada item, garantindo que os materiais adquiridos atendam às normas e padrões oficiais das competições. Além disso, a escolha dessa solução possibilita um atendimento contínuo das demandas, já que as equipes participam de competições ao longo do ano e necessitam de um fornecimento regular de materiais para treinamentos e jogos. Essa modalidade de aquisição também se mostra essencial para a adequação ao calendário esportivo dos próximos anos, considerando o interesse de Praia Grande em se candidatar como sede dos Jogos da Melhor Idade e dos Jogos Regionais. Esses eventos exigem uma estrutura esportiva adequada e materiais em conformidade com os regulamentos das modalidades envolvidas, sendo fundamental antecipar a preparação para atender a essas demandas. Outro fator técnico relevante é a garantia de qualidade dos produtos adquiridos, uma vez que a contratação por Registro de Preços possibilita um processo criterioso de especificação técnica no edital, assegurando que os materiais entregues atendam plenamente às necessidades das equipes.

Sob o aspecto econômico, a adoção do Registro de Preços traz maior eficiência no uso dos recursos públicos, permitindo que a administração adquira apenas os itens necessários no momento adequado, evitando desperdícios e otimizando a aplicação do orçamento. Além disso, com os preços previamente registrados, é possível realizar um planejamento financeiro mais eficaz, garantindo previsibilidade nos gastos ao longo do exercício. A possibilidade de realizar aquisições conforme a demanda reduz também a necessidade de armazenamento de grandes quantidades de materiais, minimizando custos operacionais com logística e estoque. Outro ponto relevante é a competitividade no processo licitatório, uma vez que o Registro de Preços possibilita maior concorrência entre fornecedores, resultando, em muitos casos, em valores mais vantajosos para a administração pública.

Diante desses fatores, a solução mais adequada para a aquisição dos materiais esportivos é a adoção do Registro de Preços, pois possibilita compras flexíveis, atendimento contínuo às equipes, garantia de conformidade técnica e otimização dos recursos públicos. Além disso, essa modalidade viabiliza a estrutura necessária para que Praia Grande sedie com êxito os Jogos da Melhor Idade e os Jogos Regionais, assegurando que os materiais estejam disponíveis no momento certo e em conformidade com as exigências das competições.

Realizada consulta às mídias, em procedimentos dentro e fora do Estado de São Paulo, extraiu-se informações de que os certames licitatórios envolvendo o objeto: Aquisição de Materiais Esportivos, são realizados em sua maioria na modalidade **Registro de Preços**, conforme dados extraídos abaixo transcritos:

- a) Prefeitura de Pato Branco/PR

<https://patobranco.pr.gov.br/licitacao/edital-de-pregao-eletronico-no-08-2024-processo-no-12-2024/>



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

b) Prefeitura Municipal de Bambuí/MG

<https://www.bambui.mg.gov.br/transparencia/licitacoes/pregao-eletronico/processo-024-2024-pregao-eletronico-011-2024-aquisicao-material-esportivo>

c) Instituto Federal Catarinense

<https://licitacoescontratos.ifc.edu.br/licitacoes-e-contratos/licitacoes-e-contratos-2024/pregoes-eletronicos-2024/pregao-eletronico-no-90455-2024-aquisicao-de-material-esportivo-e-educativo/>

d) Cidade de São Paulo - Pregão Eletrônico: 90002/2024

https://capital.sp.gov.br/web/esportes/w/aceso_a_informacao/178746

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Para a realização da pesquisa de preços, foram utilizadas as metodologias descritas na **Instrução Normativa - IN SEGES/ME nº 65/2021, no artigo 5º, incisos I, II e III.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Conjunto de números para atletismo em tecido numerados de 001 a 800	CJ	02	R\$ 10.830,00	R\$ 21.660,00
02	Indicador de raia de fibra de vidro 31 cm (Conjunto com 8 unidades)	CJ	02	R\$ 219,90	R\$ 439,80
03	Cronômetro digital profissional para Atletismo	UN	10	R\$ 547,00	R\$ 5.470,00
04	Cone para treinamento Atletismo	UN	50	R\$ 5,02	R\$ 251,00
05	Trena com fita de aço 20m 3/8" para medição em cancha de bocha	UN	02	R\$ 141,99	R\$ 283,98
06	Microesferas poliméricas para utilização em campo de malha 1mm de diâmetro	KG	40	R\$ 135,70	R\$ 5.428,00
07	Corda trançada de polipropileno PP 5mm para fixação de rede (Rolo de 100m)	ROLO	04	R\$ 159,70	R\$ 638,80
08	Bomba de ar para encher bola com dupla ação	UN	20	R\$ 49,90	R\$ 998,00
09	Calibrador digital para bolas	UN	10	R\$ 244,90	R\$ 2.449,00
10	Conjunto com 2 Baralhos oficiais de plástico para jogo de buraco	CJ	200	R\$ 89,54	R\$ 17.908,00
11	Baralho oficial de papel para jogo de truco	UN	120	R\$ 18,69	R\$ 2.242,80
12	Tabuleiro de napa para damas e xadrez 64 casas (8x8)	UN	40	R\$ 29,89	R\$ 1.195,60
13	Tabuleiro de napa para damas e xadrez 100 casas (10x10)	UN	20	R\$ 29,89	R\$ 597,80
14	Conjunto de 24 peças oficiais de damas (para tabuleiro de 64 casas)	CJ	40	R\$ 43,90	R\$ 1.756,00
15	Conjunto de 40 peças oficiais de damas (para tabuleiro de 100 casas)	CJ	20	R\$ 43,90	R\$ 878,00
16	Conjunto de 32 peças oficiais de xadrez conforme padrões da FIDE	CJ	30	R\$ 168,90	R\$ 5.067,00
17	Relógio digital Oficial para Damas e Xadrez	UN	60	R\$ 249,90	R\$ 14.994,00
18	Jogo de dominó profissional com 28 pedras	JG	60	R\$ 24,90	R\$ 1.494,00
19	Placar manual dobrável	UN	20	R\$ 249,90	R\$ 4.998,00
20	Conjunto Oficial de suporte com rosca e rede para tênis de mesa	CJ	06	R\$ 300,00	R\$ 1.800,00
21	Mesa para Tênis de Mesa Oficial 28mm – Marca: Tibhar	UN	06	R\$ 9.999,00	R\$ 59.994,00
TOTAL					R\$ 150.543,78



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Para a estimativa do valor total da contratação, foi observado **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial (IPCA-E)**, que é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este índice é comumente utilizado como referência para a atualização de preços para a prestação de serviços, especialmente em contratos públicos no Brasil.

Para calcular o valor atualizado do contrato foi utilizado o IPCA-E acumulado no 4º trimestre de 2024 no estado de São Paulo é de 1.58%, ($R\$ 150.543,78 + 1,58\% = R\$ 152.922,37$).

Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9262-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo-especial.html>

De acordo com o levantamento de mercado, o valor estimado da contratação seria de **R\$ 152.922,37** (cento e cinquenta e dois mil novecentos e vinte e dois reais e trinta e sete centavos).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução adotada para a aquisição dos materiais esportivos será a contratação por meio de **Registro de Preços**, permitindo que a Secretaria de Esportes e Lazer de Praia Grande/SP realize as compras conforme a necessidade das equipes de alto rendimento e dos eventos esportivos que serão sediados pelo município.

A aquisição abrangerá diversos itens essenciais para a prática esportiva das modalidades atendidas, respeitando as especificações técnicas de cada material, de modo a garantir sua adequação aos regulamentos das competições e sua durabilidade para uso contínuo em treinamentos e jogos oficiais. Todos os materiais deverão atender aos padrões de qualidade exigidos por federações e confederações esportivas, assegurando que os atletas tenham em mãos equipamentos apropriados para o alto rendimento.

Para itens que possam demandar garantia, manutenção ou assistência técnica, será exigida a garantia mínima de fábrica, conforme estabelecido para cada tipo de material. Caso ocorra algum problema de fabricação ou defeito de material dentro do prazo de garantia, o fornecedor será responsável pela substituição do item sem ônus para a administração.

Nos casos de materiais que possam apresentar defeitos técnicos ou problemas estruturais antes do uso, será solicitado que o fornecedor providencie a troca ou reparo dentro de um prazo estipulado, sem comprometer a continuidade das atividades esportivas.

Dessa forma, a solução adotada atende plenamente às necessidades operacionais da Secretaria de Esportes, sem necessidade de adequações ou alterações nos espaços físicos, garantindo que os atletas tenham acesso aos equipamentos adequados para sua preparação e participação em competições, sem impactos estruturais nos locais de uso.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Nos termos da Lei nº 14.133/21, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que possível, desde que não comprometa a execução da solução, não gere perda de economia de escala e possibilite maior competitividade na contratação.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO
------	-----------	-------------------	------------	-----------------------



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

LOTE I - DIVERSOS				
01	Conjunto de números para atletismo em tecido numerados de 001 a 800	CJ	02	AMOSTRA
02	Indicador de raia de fibra de vidro 31 cm (Conjunto com 8 unidades)	CJ	02	CATÁLOGO
03	Cronômetro digital profissional para Atletismo	UN	10	AMOSTRA
04	Cone para treinamento Atletismo	UN	50	AMOSTRA
05	Trena com fita de aço 20m 3/8" para medição em cancha de bocha	UN	02	AMOSTRA
06	Microesferas poliméricas para utilização em campo de malha 1mm de diâmetro	KG	40	AMOSTRA
07	Corda trançada de polipropileno PP 5mm para fixação de rede (Rolo de 100m)	ROLO	04	AMOSTRA
08	Bomba de ar para encher bola com dupla ação	UN	20	CATÁLOGO
09	Calibrador digital para bolas	UN	10	CATÁLOGO
LOTE II – JOGOS DE MESA				
10	Conjunto com 2 Baralhos oficiais de plástico para jogo de buraco	CJ	200	AMOSTRA
11	Baralho oficial de papel para jogo de truco	UN	120	AMOSTRA
12	Tabuleiro de napa para damas e xadrez 64 casas (8x8)	UN	40	AMOSTRA
13	Tabuleiro de napa para damas e xadrez 100 casas (10x10)	UN	20	AMOSTRA
14	Conjunto de 24 peças oficiais de damas (para tabuleiro de 64 casas)	CJ	40	AMOSTRA
15	Conjunto de 40 peças oficiais de damas (para tabuleiro de 100 casas)	CJ	20	AMOSTRA
16	Conjunto de 32 peças oficiais de xadrez conforme padrões da FIDE	CJ	30	AMOSTRA
17	Relógio digital Oficial para Damas e Xadrez	UN	60	AMOSTRA
18	Jogo de dominó profissional com 28 pedras	JG	60	AMOSTRA
LOTE III – TÊNIS DE MESA				
19	Placar manual dobrável	UN	20	AMOSTRA
20	Conjunto Oficial de suporte com rosca e rede para tênis de mesa	CJ	06	AMOSTRA
21	Mesa para Tênis de Mesa Oficial 28mm – Marca: Tibhar	UN	06	CATÁLOGO

A divisão em 4 lotes foi realizada considerando a natureza e a especificidade dos materiais, visando atrair fornecedores especializados para cada categoria, assim, favorece a ampla participação de empresas, evita restrições indevidas à competitividade e permite que fornecedores atuem de acordo com sua expertise, alinhando-se aos princípios da economicidade, isonomia e eficiência estabelecidos na legislação vigente.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A aquisição dos materiais esportivos por meio do Sistema de Registro de Preços visa garantir a economicidade e o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, assegurando que as equipes de alto rendimento da Secretaria de Esportes tenham os insumos necessários para treinamentos e competições. Os principais resultados esperados com essa contratação são:

Economicidade e Racionalização dos Gastos Públicos

Compra planejada e eficiente: A adoção do Registro de Preços permite que os materiais sejam adquiridos conforme a demanda real, evitando estoques excessivos e compras emergenciais, que podem ter custos mais elevados.

Aproveitamento de economia de escala: A aquisição conjunta de diversos itens possibilita negociações mais vantajosas, reduzindo os valores unitários e otimizando os recursos financeiros da Secretaria.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Preços previamente estabelecidos: Com os valores registrados, evita-se a variação de preços ao longo do período de vigência do contrato, permitindo um planejamento financeiro mais preciso.

Melhor Aproveitamento dos Recursos Materiais

Disponibilidade contínua de materiais: A contratação garante que as equipes esportivas tenham acesso aos equipamentos necessários em tempo hábil, assegurando a continuidade dos treinamentos e a preparação adequada para as competições.

Atendimento à demanda das competições sediadas: Considerando o interesse de Praia Grande em se candidatar como sede dos Jogos da Melhor Idade e dos Jogos Regionais nos próximos anos, a aquisição dos materiais permitirá antecipar a preparação e garantir que o município esteja estruturado de forma adequada para atender aos requisitos técnicos exigidos pelo caderno de encargos desses eventos.

Padronização e qualidade dos itens adquiridos: A especificação detalhada dos materiais no processo de contratação assegura a aquisição de produtos com características adequadas às necessidades das modalidades esportivas atendidas.

Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos

Otimização do tempo dos profissionais da Secretaria: Com a disponibilidade garantida dos materiais esportivos, os técnicos e gestores podem focar nas atividades estratégicas e operacionais das equipes, sem a necessidade de remanejamentos emergenciais por falta de insumos.

Redução de retrabalho administrativo: O uso do Registro de Preços diminui a necessidade de processos licitatórios repetitivos ao longo do ano, otimizando o trabalho das equipes responsáveis pela gestão das aquisições.

Dessa forma, a solução adotada contribui para um melhor aproveitamento dos recursos financeiros, materiais e humanos da Secretaria de Esportes, garantindo a manutenção da qualidade e competitividade das equipes esportivas do município.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não haverá necessidade de adequações no ambiente institucional para compatibilidade com a contratação, fora o planejamento dos trabalhos para o acompanhamento e fiscalização técnica dos itens que serão adquiridos, o que será realizado pelo setor requisitante dos serviços.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há, no âmbito desta Administração Pública Municipal, contratações correlatas e/ou interdependentes com os itens da contratação em referência.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

A aquisição e utilização de materiais esportivos pela Secretaria de Esportes podem gerar impactos ambientais que precisam ser considerados, especialmente no que se refere ao uso, manutenção e descarte



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

adequado desses itens. Diante disso, algumas medidas mitigadoras serão adotadas para reduzir os efeitos negativos ao meio ambiente e garantir uma gestão mais sustentável dos recursos.

POSSÍVEIS IMPACTOS	MEDIDAS MITIGADORAS
Geração de resíduos sólidos: O desgaste natural dos materiais utilizados nos treinos e competições resulta na necessidade de substituição periódica, gerando resíduos como bolas inutilizadas, redes danificadas, cones quebrados e outros equipamentos sem condições de uso.	Reaproveitamento de materiais sempre que possível: Itens ainda utilizáveis, mas que não atendam mais aos padrões de competições oficiais poderão ser destinados para escolinhas esportivas, projetos sociais ou atividades recreativas, aumentando sua vida útil e reduzindo o descarte prematuro.
Descartes inadequados: Sem um planejamento adequado, esses materiais podem ser descartados de forma incorreta, contribuindo para a poluição ambiental, especialmente quando envolvem plásticos e outros materiais sintéticos de difícil decomposição.	Descarte ambientalmente responsável: Sempre que viável, materiais inutilizados serão encaminhados para programas de reciclagem, cooperativas ou instituições que possam reaproveitá-los de forma sustentável.
Consumo de energia e água na limpeza e manutenção: Alguns equipamentos exigem manutenção constante, como bolas e redes, o que pode resultar em maior consumo de recursos naturais.	Uso racional dos materiais: A Secretaria de Esportes orientará os profissionais responsáveis pelo uso dos materiais a adotar práticas que prolonguem sua vida útil, como armazenagem adequada e correta utilização nos treinamentos e competições.

A gestão responsável dos materiais esportivos adquiridos garantirá que os impactos ambientais sejam minimizados a partir do momento da sua aquisição. Com medidas de reaproveitamento, descarte correto e uso consciente, busca-se equilibrar a necessidade esportiva com a sustentabilidade, garantindo um aproveitamento mais eficiente dos recursos sem comprometer o meio ambiente.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Conforme fundamentação acima, este Departamento Esportivo de Alto Rendimento DECLARA que a Solução de **Registro de Preços aquisição de Materiais Esportivos** é viável, e mostra-se praticável em termos de disponibilidade de mercado e consoante a legislação em vigor.

DANIEL DE LIMA MELO
RF: 30.806
Unidade Requisitante

Diante do exposto, **APROVO** o presente estudo e **AUTORIZO** o prosseguimento do procedimento licitatório.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

RODRIGO SANTANA
SECRETÁRIO DE ESPORTE E LAZER

MAPA DE RISCOS

FASE DE ANÁLISE

(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

() Gestão do Contrato

RISCO 01 - Deficiência na definição da demanda		
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média	(X) Alta
Id	Dano	
1.	Contratação inadequada, ilegal e/ou má utilização dos recursos públicos.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Qualificação da equipe de planejamento; conhecimento do escopo; Solicitar que o requisitante apresente as quantidades e justificativas dentro do prazo.	Requisitante
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Restabelecimento da demanda, solicitando a complementação da descrição dos itens e documentos de aporte	Requisitante

RISCO 02 - Não aprovação do Estudo Técnico ou do Termo de Referência		
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média	(X) Alta
Id	Dano	
1.	Atraso no processo de aquisição e, conseqüentemente, atraso na execução do serviço	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Instruir o Estudo Técnico e o Termo de Referência em estrita aderência às disposições dos normativos.	Requisitante
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Revisar e alinhar os documentos em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional e o arcabouço legal.	Requisitante



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

DANIEL DE LIMA MELO
RF: 30.806
Unidade Requisitante

ANEXO II
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/XXX, QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DA ESTÂNCIA
BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A XXX (NOME DA
EMPRESA)**

Na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, do **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achavam presente **RODRIGO SANTANA, titular da Secretaria de Esporte e Lazer, por atribuição conferida através do Artigo 81º, inciso XXVI; MARCELINO SANTOS GOMES, titular da Secretaria de Trânsito, por atribuição conferida através do Artigo 69º, inciso XXX; GISELE DOMINGUES, titular da Secretaria de Assistência Social, por atribuição conferida através do Artigo 45º, inciso IV e; PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS, titular da Secretaria de Educação, por atribuição conferida através do Artigo 48º, inciso XXXI**, da Lei Complementar nº 1.011 de 06 de janeiro de 2025, neste ato representando esta Municipalidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 015/2026, publicada no de/...../202....., doravante simplesmente denominada **DETENTORA**, e a empresa **XXX**, CNPJ sob nº **XXX**, com sede na **XXX**, nº **XXX**, **XXX** - SP, CEP **XXX**, doravante designado CONTRATADO, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo Senhor **XXX**, RG nº **XXX**, CPF nº **XXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº **8.052/2025-D** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e, resolvem celebrar o presente Termo de Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS I**, especificado(s) no(s) item(ns)..... do do 1º Apêndice do Termo de Referência, anexo I, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Descrição (*)	Unidade	Quantidade	Valor Unitário em	Prazo de Garantia
			*	R\$	

(*) A descrição completa do(s) item(ns) encontra-se no 1º Apêndice do Termo de Referência, Anexo I do edital.



2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Esporte e Lazer.

3.2. *Além do gerenciador, são órgãos participantes do registro de preços:*

- SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente.

5.1.2. Decorridos 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preços e, havendo prorrogação da vigência, os preços registrados poderão ser atualizados de acordo com a variação do índice IPCA/IBGE – Índice de Preços do Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vigente à época, observada a legislação federal em vigor.

5.1.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.4. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual ou autorização de fornecimento, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item **5.2.** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, sendo vedada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital*;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item **5.4.1** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item Erro! Fonte de referência não encontrada. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e
- 5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
- 5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.8. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item **5.7** e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item **5.7**.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item **9.4.**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item **7.2** e no item **7.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. For liberado;

8.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4. Sofrer sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.5. Não aceitar o preço reajustado pela Administração.

8.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

8.2.1. pelo decurso do prazo de vigência;

8.2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

8.2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

8.2.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3.1. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

8.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no Termo de Referência*.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item **8.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, *ANEXO AO EDITAL*.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11. DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, é lavrado a presente ATA em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu,, digitei, assino _____ e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 2026, ano da emancipação político administrativa.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Processo Administrativo nº 8.052/2025-D



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantida de Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>
X								

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Pregão Eletrônico nº 015/2026
Processo Administrativo nº 8.052/2025-D

1. Identificação do concorrente:

Fornecedor: _____
Endereço: _____ nº: _____
Cidade: _____ Estado: _____
Bairro: _____ CEP: _____
Telefone: _____ Telefone: _____ e-mail: _____
CNPJ/CPF: _____ Insc.Est: _____ Insc.Mun: _____

2. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO MATERIAIS ESPORTIVOS I

3. Prazo de validade da proposta: A presente proposta terá validade de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua entrega.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

4. Apresentação da proposta: Observação: proposta deverá ser apresentada digitada, datada, rubricada e devidamente assinada pelo representante legal ou formalmente constituído para tal, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
LOTE I - DIVERSOS						
01	628901	Conjunto de números para atletismo em tecido numerados de 001 a 800	CJ	02		
02		Indicador de raia de fibra de vidro 31 cm (Conjunto com 8 unidades)	CJ	02		
03		Cronômetro digital profissional para Atletismo	UN	10		
04		Cone para treinamento Atletismo	UN	1050		
05		Trena com fita de aço 20m 3/8” para medição em cancha de bocha	UN	07		
06		Microesferas poliméricas para utilização em campo de malha 1mm de diâmetro	KG	40		
07		Corda trançada de polipropileno PP 5mm para fixação de rede (Rolo de 100m)	ROLO	04		
08		Bomba de ar para encher bola com dupla ação	UN	228		
09		Calibrador digital para bolas	UN	10		
VALOR TOTAL DO LOTE						
LOTE II – JOGOS DE MESA						
10	225180	Conjunto com 2 Baralhos oficiais de plástico para jogo de buraco	CJ	222		
11		Baralho oficial de papel para jogo de truco	UN	142		
12		Tabuleiro de napa para damas e xadrez 64 casas (8x8)	UN	148		
13		Tabuleiro de napa para damas e xadrez 100 casas (10x10)	UN	20		
14		Conjunto de 24 peças oficiais de damas (para tabuleiro de 64 casas)	CJ	68		



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

15		Conjunto de 40 peças oficiais de damas (para tabuleiro de 100 casas)	CJ	20		
16		Conjunto de 32 peças oficiais de xadrez conforme padrões da FIDE	CJ	52		
17		Relógio digital Oficial para Damas e Xadrez	UN	60		
18		Jogo de dominó profissional com 28 pedras	JG	74		
VALOR TOTAL DO LOTE						
LOTE III – TÊNIS DE MESA						
19	602701	Placar manual dobrável	UN	20		
20		Conjunto Oficial de suporte com rosca e rede para tênis de mesa	CJ	06		
21		Mesa para Tênis de Mesa Oficial 28mm – Marca: Tibhar	UN	06		
VALOR TOTAL DO LOTE						
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						

(Local e data):

Nome e assinatura:

Número do Documento de identidade:

Número do C.P.F:

Cargo



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 8.052/2025-D

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 015/2026

PREFERÊNCIA: NÃO

TIPO: MENOR VALOR POR LOTE

"REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS I"

Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio

Prefeitura Municipal de Praia Grande/SP

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. ()



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

*Marcar os itens acima caso exista enquadramento na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

Declara que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

Declara que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Declara que, quando fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Declara, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declara para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Declara, para os devidos fins que não possui no quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

Declara que se compromete a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Declara, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº..... e CPF nº, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do termo de ata.**

Nomeamos e constituímos o Senhor (a), portador (a) do CPF/MF sob nº....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Termo de Ata.

....., de de 2026.

(Local e Data)

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

ANEXO V

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração (ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Pelo contratante: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR (ES) DO CONTRATO: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (Inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).

ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro (amos), na qualidade de responsável (is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro (amos), na qualidade de responsável (is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados,



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a)** Memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b)** Orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c)** Previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d)** Comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e)** As plantas e projetos de engenharia e arquitetura. LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)

Verificação de assinatura

Código de verificação:

HCUHX2GG EAKKXS5Y T3PR7KRR LKBJH7RF



Este documento foi assinado digitalmente. Para validar o documento, escaneie o QR Code acima ou acesse o site <https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código de verificação. É possível baixar o documento original ou uma versão para impressão através do site.

Documento assinado eletronicamente, conforme Decreto nº 8.025, de 23 de julho de 2024.

Lista de assinaturas: